

EXCELENTÍSSIMO(A) PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL (SF).

Exmo. Ministro, os peticionantes e eminentes Advogados

(1) **PAULO FERNANDO ALVES MAFFIOLETTI**, brasileiro, casado, advogado OAB-AM 5.240, endereço profissional à Av. Coronel Teixeira, 6225, Ponta Negra, Manaus – AM, CEP: 69.037-000, contato: [REDACTED], e-mail onde recebe intimações, [REDACTED]

(2) **LÚCIA ERIKA DE OLIVEIRA BARRETO**, brasileira, casada, advogada OAB-AM 8.517, [REDACTED], endereço profissional à Av. Paulo VI, 30, Petrópolis, Manaus - AM, CEP: 69.067-390, contato: [REDACTED], e-mail para intimações: luciabarretoadv@gmail.com

(3) **PAULO CÉSAR RODRIGUES DE FARIA**, brasileiro, casado, advogado OAB-GO 57.637, endereço profissional à Rua RI-9, Qd. 06, Lt. 39, Casa 2, Residencial Itaipu, Goiânia – GO, CEP: 74.356-000, contato: [REDACTED], e-mail para intimações: paulocesarfaria1970@gmail.com,

(4) **CÍNTIA DE JESUS AIRES**, brasileira, solteira e declara conviver em união estável, advogada OAB-PI 20.115, [REDACTED],

[REDACTED], endereço profissional à Rua RI-9, Qd. 06, Lt. 39, Casa 2, Residencial Itaipu, Goiânia – GO, CEP: 74.356-000, contato: [REDACTED], e-mail onde recebe intimações: cintiaresadv@gmail.com,

(5) **MARCO AURÉLIO BACELAR DE SOUZA**, brasileiro, solteiro, advogado OAB-AM 12.836, [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED], endereço profissional à Av. André Araújo, 97, Edif. Fórum Business Center, 7º Andar, Sala 718, Adrianópolis, Manaus – AM, CEP: 69.057-025, contato [REDACTED], e-mail onde recebe intimações: adv.marcobacelar@gmail.com,

(6) **RENAN RICO DINIZ**, brasileiro, solteiro, advogado OAB-SP 386.736, [REDACTED], [REDACTED], endereço profissional à Rua Bendiapá 97, sala 5, Vila Carrão, São Paulo – SP, CEP: 03.410-010,

(7) **DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA**, brasileiro, casado, advogado OAB-MT 16.604, [REDACTED], [REDACTED], endereço profissional à Rua dos Cedros, 189-N, sala 2, Centro, Nova Mutum - MT, CEP: 78.450-000, contato: [REDACTED], e-mail para intimações: mouragomesnascimento@gmail.com,

vem respeitosamente perante Vossa Excelência apresentar

DENÚNCIA

sobre fatos que, em tese, podem configurar crimes de responsabilidade, com fundamento no Art. 41, da Lei Federal 1.079/1950, para processar e julgar o denunciado, consoante disposto no Art. 52, inciso II, da Constituição Federal, em face de **ALEXANDRE DE MORAES**, Ministro do Supremo Tribunal Federal, com endereço oficial à Praça dos Três Poderes, Brasília - DF - CEP 70175-900, pelos fatos e fundamentos que a seguir passamos a expor.

I – LEGITIMIDADE, CABIMENTO E COMPETÊNCIA.

1. É do conhecimento destes causídicos que a vigente Constituição de 88, atribui a competência ao Supremo Tribunal Federal (STF) para processar e julgar seus Ministros nos *crimes comuns* (Art. 102, I, 'b'), e ao Senado Federal processar e julgar Ministro do STF por *crimes de responsabilidade* (Art. 52, II).

2. O cabimento e a legitimidade encontram lugar no Art. 41, da Lei Federal 1.079/1950, e no direito e garantia individual esculpido no Art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, que garantem “a todo cidadão denunciar perante o Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, pelos crimes de responsabilidade que cometerem”.

3. Nesta senda, na concomitante qualidade de cidadãos brasileiros e advogados regularmente inscritos em seu órgão de classe,

preocupados com os acontecimentos que serão a diante noticiados, e imbuídos de seu *múnus* público e constitucional, estabelecido pelo Art. 133, da Constituição Federal, e Art. 2º, da Lei Federal 8.906/1994, apresentamos esta denúncia, ante seu cabimento na forma Art. 41, da Lei Federal 1.079/1950, combinada com os Arts. 5º, XXXV e 133, da CF-88, o Art. 2º, da Lei 8.906/94, e observados os Arts. 52, II e 102, I, 'b', da CF.

II – PREVARICAÇÃO.

4. Sob pena, **em tese**, do cometimento do crime de prevaricação, previsto no Art. 319, do CP (*retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício*), requer da Mesa Diretora, por seu Presidente, o imediato cumprimento dos Art. 44 e seguintes, da Lei 1.079/50 (pautar e votar este pedido).

5. Mesmo que seja um Senador da República, **em tese**, está sujeito ao crime, se praticado no cargo ou em razão dele, atraindo para si o foro privilegiado, devendo ser julgado pela Suprema Corte. É, inclusive, a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmada na AP 937, *in verbis*:

DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. QUESTÃO DE ORDEM EM AÇÃO PENAL. LIMITAÇÃO DO FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO AOS CRIMES PRATICADOS NO CARGO E EM RAZÃO DELE. ESTABELECIMENTO DE MARCO TEMPORAL DE FIXAÇÃO DE COMPETÊNCIA.

I. Quanto ao sentido e alcance do foro por prerrogativa 1. O foro por prerrogativa de função, ou foro privilegiado, na interpretação até aqui adotada pelo Supremo Tribunal Federal, alcança todos os crimes de que são acusados os agentes públicos previstos no art. 102, I, b e c da Constituição, inclusive os praticados antes da investidura no cargo e os que não guardam qualquer relação com o seu exercício. 2. **Impõe-se, todavia, a alteração desta linha de entendimento, para restringir o foro privilegiado aos crimes praticados no cargo e em razão do cargo.** É que a prática atual não realiza adequadamente princípios constitucionais estruturantes, como igualdade e república, por impedir, em grande número de casos, a responsabilização de agentes públicos por crimes de naturezas diversas. Além disso, a falta de efetividade mínima do sistema penal, nesses casos, frustra valores constitucionais importantes, como a probidade e a moralidade administrativa. (...)

(AP 937 QO, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Julgamento: 03/05/2018, Publicação: 11/12/2018)

II - ESCORÇO DOS FATOS.

6. O denunciado é notória autoridade pública, uma vez que ocupa a cadeira de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

7. Durante o exercício de suas atribuições, dede sempre tem causado enorme polêmica, aparecendo, rotineiramente, nos noticiários, como se quisesse chamar a atenção para si.

8. Já acumula 60 (sessenta) pedidos de impeachment, segundo notícia o site Correio Braziliense¹.

9. Desta vez o denunciado, segundo fatos amplamente noticiados no país, que devem ser aferidos, estaria – em tese – a fazer campanha para o Senador Rodrigo Pacheco, atual Presidente do Senado Federal e, portanto, do Congresso Nacional:




ÚLTIMO SEGUNDO





Ar Condicionado Split
 Digital Inverter...
 R\$ 2.184,05
 Comprar



Ar Condicionado Split
 Hw Dual Inverter
 R\$ 2.174,55
 Comprar

Moraes faz campanha para Pacheco vencer no Senado

Ministro do STF tem entrado em contato com senadores e pedido voto

Por [Daniel Cesar](#) | 28/01/2023 13:31



Ministro Alexandre de Moraes durante sessão plenária do STF

Nelson Jr./SCO/STF - 02.12.2021

Ministro Alexandre de Moraes durante sessão plenária do STF

Fonte: <https://ultimosegundo.ig.com.br/colunas/daniel-cesar/2023-01-28/moraes-faz-campanha-pacheco-vencer-senado.html>

¹ <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/01/5068681-alexandre-de-moraes-e-alvo-de-60-pedidos-de-impeachment-no-senado.html>

FOLHA POLITICA.ORG
JORNALISMO INDEPENDENTE

Início Política Brasileira Mundo Direitos e Deveres Cinema Corrupção Dinheiro Público Economia Movimentos Sociais
Sociedade Religião Saúde Internet Justiça Manifestações Contato

Folha Política
Seguir @FolhaPolitica
YouTube 999+

domingo, 29 de janeiro de 2023

Tweets from @FolhaPolitica

Site da velha imprensa afirma que Moraes faz campanha por Pacheco na presidência do Senado e cidadãos e parlamentares reagem

Fonte: <https://www.folhapolitica.org/2023/01/site-da-velha-imprensa-afirma-que.html>

BRASILSEM MEDO

Entrar Assine agora

ELEIÇÕES NO CONGRESSO

Moraes atua como cabo eleitoral por reeleição de Pacheco no Senado

Hélio Costa Jr. · 28 de Janeiro de 2023 às 16:25

Moraes tem receio de que, caso um candidato ligado ao Partido Liberal (PL) ganhe a presidência do Senado, seu pedido de impeachment possa entrar em pauta

Artigos relacionados

SUPREMO
Moraes nega pedido para suspensão de posse de 11 deputados de direita

Fonte: <https://brasilsemmedo.com/moraes-atua-como-cabo-eleitoral-por-vitoria-de-pacheco-para-presidencia-do-senado/>

10. De acordo com as reportagens, o denunciado teria interesse particular em agir partidariamente, como – em tese - estaria fazendo, para autopreservação, mantendo na Presidência do Senado um aliado, haja vista que o Senado Federal é o órgão previsto na Constituição Federal capaz de processar e julgar Ministro do Supremo Tribunal Federal.

11. “O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) e presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) vem entrando em contato com senadores eleitos pedindo voto para Rodrigo Pacheco (PSD), e intensificou suas manifestações privadas nas últimas horas”, disse o jornalista Daniel Cesar, da coluna Último Segundo, do portal iG.

12. O caso foi motivo de intenso debate na rede social *Twitter*:

Deputado Federal Carlos Jordy

Carlos Jordy @carlosjordy · Jan 28

A imprensa notícia q Moraes tem feito campanha para q senadores votem em Pacheco. Eis a razão pq Pacheco não pode ser reeleito. Ele ignora os crimes de Moraes.

Lei 1079/50

Art. 39. São crimes de responsabilidade dos Ministros do STF:

3 - exercer atividade político-partidária;

1,082 5,453 18K 319.9K

Deputado Estadual Gilberto Silva

Gilberto Silva @cabogilberto · 15h

Ministros do STF pedem voto para a eleição mais importante da história do Senado Federal?

Pode isso ?

Mais do que nunca precisamos nos unir, para derrotar o senador Rodrigo Pacheco.

Ele é o candidato de Lula e do STF?

Todos os dias peça voto contra Pacheco, faltam 3 dias apenas!



91 207 612 8,704

Presidente do Instituto Mises Brasil – Helio Beltrão



13. Como visto acima, diversos parlamentares, entre eles Deputados Estaduais, Deputados Federais e Senadores, Irresignado com a lamentável postura que – **em tese** – pode ter sido praticada, segundo notícia a reportagem alhures. É o que merece registro.

14. Atento para eventual alegação de que “reportagem não é prova suficiente para instruir um processo”, relembramos que o denunciado já se utilizou de reportagens publicadas em portais, inclusive, para MANTER a prisão de um parlamentar, ocorrida em 24/06/2021. Portanto, se vale para um, vale para o outro, sem regalias ou exceções na régua da isonomia.

15. O fato ocorreu em julho de 2021, quando o Portal Metrópoles publicou *falsa* reportagem atribuindo ao então Deputado Federal Daniel Silveira, tentativa de burlar, segundo consta, a persecução penal, ao requerer, segundo a aludida reportagem, ASILO POLÍTICO em 4 (quatro) países, confira:



enu  **METRÓPOLES**     

 Colunas **GUILHERME AMADO**

Guilherme Amado

Daniel Silveira pede asilo a quatro embaixadas e tem recusa em todas

Deputado foi preso novamente em 24 de junho

Naomi Matsui
05/07/2021 13:41, atualizado 05/07/2021 15:41

Fonte: <https://www.metrosoles.com/colunas/guilherme-amado/daniel-silveira-pede-asilo-a-quatro-embaixadas-e-tem-recusa-em-todas>

16. Após a tal reportagem, no dia seguinte, 06/07/2021, o denunciando intimou a defesa do parlamentar para explicar o suposto pedido de asilo **com base na reportagem** do portal:

Ienu



METRÓPOLES

Brasil

Moraes dá 48 horas para Daniel Silveira explicar pedidos de asilo

Preso, o deputado do PSL fez quatro pedidos, todos recusados. O asilo diplomático é concedido para casos de perseguição

Rafaela Lima

06/07/2021 19:37, atualizado 06/07/2021 19:38

Aline Massuca/Metrópoles



Fonte: <https://www.metropoles.com/brasil/moraes-da-48-horas-para-daniel-silveira-explicar-pedidos-de-asilo>

17. Após a manifestação da defesa, afirmando expressamente que não houve nenhum pedido, e sendo requerida a revogação da prisão preventiva ocorrida em 24/06/2021, o denunciado manteve a prisão preventiva do parlamentar com a fundamentação de que “diante da **ampla divulgação de notícias** no sentido que o Deputado Federal Daniel Silveira, réu nestes autos, teria solicitado asilo diplomático a 4 (quatro) países”, conforme documento extraído da AP 1044/DF, lotada no STF, que tem o denunciado como Relator:

AÇÃO PENAL 1.044 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REVISOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
AUT. POL.	: POLÍCIA FEDERAL
RÉU(É)(S)	: DANIEL LÚCIO DA SILVEIRA
ADV.(A/S)	: JEAN CLEBER GARCIA FARIAS
ADV.(A/S)	: TULIO MARCELO DENIG BANDEIRA
ADV.(A/S)	: GEOVANA TAYNA MIRANDA
ADV.(A/S)	: WELLINGTON DE QUEIROZ
ADV.(A/S)	: PATRICIA REITTER DE JESUS OLIVEIRA

DESPACHO: Diante da ampla divulgação de notícias no sentido de que o Deputado Federal Daniel Silveira, réu nestes autos, teria solicitado asilo diplomático a 4 (quatro) países, **intime-se a Defesa** do parlamentar para que esclareça, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, acerca da veracidade dos fatos noticiados.

Publique-se.

Brasília, 5 de julho de 2021.

Ministro ALEXANDRE DE MORAES

Relator

Documento assinado digitalmente

18. Portanto, o próprio denunciado se utilizou de reportagens para realizar seus atos jurídicos, o que, data vênua, justifica igualmente a base fática para a presente denúncia, utilizando-se do mesmo expediente para provocar o Senado Federal ao processo que ora se requer, já que todos são iguais perante a lei” (Art. 5º, caput, CF 1988).

III - FUNDAMENTOS JURÍDICOS.

19. Do que se depreende dos fatos apresentados, o denunciado estaria – em tese –, praticando flagrante atos de atividade político-partidária.

20. É que, se confirmada a reportagem, ao deixar a toga para assumir atribuições de articulação, reservada a membros de partidos políticos, parlamentares ou lideranças partidárias, estaria a se trajar de características estranhas a magistratura.

21. É o que dispõe a Constituição Federal e, seu Art. 95:

Art. 95. Os juízes gozam das seguintes garantias:

Parágrafo único. **Aos juízes é vedado:**

III - **dedicar-se à atividade político-partidária.**

22. Mesma é a lição da LOMAN – Lei Orgânica da Magistratura:

Art. 26 - O magistrado vitalício somente **perderá o cargo** (vetado):

II - em procedimento administrativo para a perda do cargo nas hipóteses seguintes:

c) **exercício de atividade político-partidária.**

23. Trata-se de disposição administrativa-disciplinar, reservada a própria Suprema Corte a investigação e o julgamento.

24. **Neste ponto, requer remessa deste conteúdo para o Supremo Tribunal Federal, com o escopo de analisar a conduta narrada nos fatos sob a ótica dos dispositivos acima citados.**

25. Ademais, no que concerne à Lei Federal 1.079, de 10.4.1950, conhecida como Lei do Impeachment, esta dispõe dos chamados crimes de responsabilidade, da qual passamos a expor.

26. A Lei 1.079/1950 foi regularmente recepcionada em grande parte pela Constituição de 1988, conforme assinalado no julgamento do MS n. 21.564-DF, pelo STF. Assim dispõe o seu Art. 1º:

Art. 1º São crimes de responsabilidade os que esta lei especifica.

27. Como a lei trata de vários sujeitos passivos (Presidente da República, Ministros de Estado, etc.), e nos interessa falar dos Ministros da Suprema Corte, partimos do raciocínio jurídico sobre as normas da Parte Terceira, do Título I, do Capítulo I – Dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

28. Dispõe o Art. 39, item 3:

Art. 39. São crimes de responsabilidade dos Ministros do Supremo Tribunal Federal:

3 - exercer atividade político-partidária;

29. Atividades como **filiação partidária, emissão de opinião de cunho político-partidário, participação em convenções e comícios, participação em campanhas e reuniões partidárias, encontros com políticos de oposição ao atual governo, articulação política-ideológica na Câmara dos Deputados² e ou no Senado Federal, reuniões com líderes de bancadas para influenciar votações³ de proposições, reuniões com Presidentes de Partidos Nacionais para discutir ideologias políticas, pronunciamentos públicos contra qualquer dos Chefes dos Poderes Constituídos, militância ativa em eventos abertos e fechados, inclusive em redes sociais e afins, e elaboração de discursos configuram inegavelmente a dedicação à atividade político-partidária** é o que o constituinte quis proibir.

² https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/07/06/interna_politica,1284059/bolsonaro-articulacao-feita-por-ministro-barroso-e-para-nao-passar-voto-im.shtml

³ <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/bolsonaro-afirma-que-barroso-articula-contr-o-voto-impresso/514856>

30. Parafraseando o Ministro Humberto Martins, Relator do Pedido de Providências 0 009542-42.2018.2.00.0000, lotado no Conselho Nacional de Justiça (CNJ):

DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. ATO DO CNJ. PROVIMENTO Nº 71/2018. MANIFESTAÇÃO POLÍTICO PARTIDÁRIA DE MAGISTRADOS EM REDES SOCIAIS.

1. Mandado de segurança impetrado contra o Provimento nº 71/2018 da Corregedoria Nacional de Justiça, que dispõe sobre a manifestação de magistrados nas redes sociais. 2. Como regra geral, o controle dos atos do CNJ pelo STF somente se justifica nas hipóteses de: (i) inobservância do devido processo legal; (ii) exorbitância das competências do Conselho; e (iii) injuridicidade ou manifesta irrazoabilidade do ato impugnado. Não se identifica qualquer dessas hipóteses. 3. **A liberdade de expressão, com caráter preferencial, é um dos mais relevantes direitos fundamentais preservados pela Constituição. As restrições ao seu exercício serão somente aquelas previstas na Constituição** 4. **A vedação ao exercício de atividade político-partidária por membros da magistratura (CF/1988, art. 95, parágrafo único, III) é, precisamente, uma das exceções constitucionais à liberdade de expressão plena. O fundamento dessa previsão repousa no imperativo de imparcialidade e distanciamento crítico do Judiciário em relação à política partidária.** 5. **Manifestações públicas em redes sociais com conteúdo político-partidário geram fundado receio de abalo à independência e imparcialidade do Judiciário. Magistrados não se despem da autoridade do cargo que ocupam, ainda que fora do exercício da função.** 6. A nova realidade da era digital faz com que as manifestações de magistrados favoráveis ou contrárias a candidatos e partidos possam ser entendidas como exercício de atividade político-partidária. Tais declarações em redes sociais, com a possibilidade de reprodução indeterminada de seu conteúdo e a formação de algoritmos de preferências, contribuem para se alcançar um resultado eleitoral específico, o que é expressamente vedado pela Constituição. 7. O Provimento nº 71/2018 interpretou de maneira razoável e adequada o sentido da Constituição na matéria e é relevante para balizar a conduta dos seus destinatários. 8. Liminar indeferida.

31. Portanto, tratando-se – em tese – de violação a um dever funcional, que concomitantemente adequa-se a crime de responsabilidade, por se tratar da mesma conduta, a de prática de atividade político-partidária, vedada a qualquer magistrado, inclusive Membro da Suprema Corte,

32. Isto posto, o denunciado – em tese – teria cometido crime de responsabilidade, a qual deve ser perfunctoriamente investigado por este Senado Federal, para as devidas providências.

IV - PEDIDOS.

33. Isto posto, requer:

a) O recebimento desta denúncia pela Mesa Diretora do Senado Federal, nos termos do Art. 44, da Lei 1.079/50 c/c o Art. 5º, XXXIV, 'a', da CF-88.

b) A leitura no Período do Expediente da sessão seguinte, considerando a data do protocolo, nos termos do Art. 380, inciso I, parte final, do Regimento Interno do Senado Federal.

c) Remessa ao Supremo Tribunal Federal para que delibere e julgue os fatos apresentados à luz do Art. 95, parágrafo único, inciso III, da Constituição Federal de 1988, e Art. 26, inciso II, alínea 'c', da Lei Complementar Federal 35, de 14/03/1979.

d) A votação da denúncia para, se atingido o quórum de dois terços (54 Senadores) previsto no Art. 377, do RI-SF, ter regular prosseguimento.

e) A eleição da Comissão imediatamente após a leitura pelo Plenário do protocolo da denúncia, que será composta por um quarto (21 Senadores), nos termos do Art. 380, inciso II, do RI-SF.

f) O processamento desta denúncia pela Comissão do Senado Federal, nos termos do Art. 52, inciso II, da CF-88, com fornecimento do libelo acusatório ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, com a comunicação do dia designado para o julgamento, nos termos do Art. 380, inciso III, do RI-SF.

g) O julgamento do denunciado nos termos do Art. 52, inciso II, da CF-88, pelo seguinte crime de responsabilidade por, em tese:

(g.1) exercer atividade político-pardidária.

h) A adequada punição do denunciado, nos termos do Art. 5º, inciso LVI, da CF-88, que assevera que *“XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais”*, com:

(e.1) a imediata perda do cargo, nos termos do Art. 378, do Regimento Interno do Senado Federal (RI-SF).

(e.2) a imediata inabilitação por 8 (oito) anos para o exercício da vida pública, nos termos do Art. 378, do RI-SF.

(e.3) a imediata pena de reclusão, conforme dosimetria da pena a ser decidida pela condenação a ser apurada em sanção judicial cabível, nos termos do Art. 52, parágrafo único, da CF-88 c/c Art. 378, parte final, do RI-SF.

i) O direito de que sejam utilizados todos os meios de prova admitidos em direito para que se alcance as medidas pretendidas.

34. Requer, ainda, que as publicações sejam realizadas em nome dos Advogados **PAULO FERNANDO ALVES MAFFIOLETTI**, OAB-AM 5.240, **LÚCIA ERICA DE OLIVEIRA BARRETO**, OAB-MT 8.517, **PAULO CÉSAR RODRIGUES DE FARIA**, OAB-GO 57.637, **CÍNTIA DE JESUS AIRES**, OAB-PI 20.115, **MARCO AURÉLIO BACELAR DE SOUZA**, OAB-AM 12.836, **RENAN RICO DINIZ**, OAB-SP 386736, e **DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA**, OAB-MT 16.604, na forma da lei 13.105/15.

República Federativa do Brasil, 30 de janeiro de 2023.

Paulo Fernando Alves Maffioletti
Advogado | OAB-AM 5.240

PAULO CESAR
RODRIGUES DE
FARIAS:73552402268

Assinado de forma digital por
PAULO CESAR RODRIGUES DE
FARIAS:73552402268
Dados: 2023.01.31 09:45:45 -03'00'

Paulo César Rodrigues de Faria
Advogado | OAB-GO 57.637

DANIEL LUIS
NASCIMENTO
MOURA:00699901154
4

Assinado de forma digital por
DANIEL LUIS NASCIMENTO
MOURA:00699901154
Dados: 2023.01.31 13:58:47
-04'00'

Daniel Luis Nascimento Moura
Advogada | OAB-MT 16.604

LUCIA ERIKA DE
OLIVEIRA BARRETO

Assinado de forma digital por
LUCIA ERIKA DE OLIVEIRA BARRETO
Dados: 2023.01.31 10:33:57 -04'00'

Lúcia Erica de Oliveira Barreto
Advogado | OAB-AM 8.517

CINTIA DE
JESUS AIRES

Assinado de forma digital
por CINTIA DE JESUS AIRES
Dados: 2023.01.31 07:01:07
-03'00'

Cíntia de Jesus Aires
Advogada | OAB-PI 20.115

MARCO AURELIO BACELAR
DE SOUZA:61310697272

Assinado de forma digital por
MARCO AURELIO BACELAR DE
SOUZA:61310697272
Dados: 2023.01.31 09:32:07 -04'00'

Marco Aurélio Bacelar de Souza
Advogado | OAB-AM 12.836

RENAN
RICO
DINIZ

Assinado de forma
digital por RENAN
RICO DINIZ
Dados: 2023 01 31
14:25:17 -03 00

Renan Rico Diniz
Advogado | OAB-SP 386736

Assinam, também, como apoiadores, os eminentes Advogados:

- | | |
|-------------------------------------|---------------|
| 1 ACASSIA JAIRA SERRANO LINHARES | OAB/SP 267587 |
| 2 ADEMAR DE ANDRADE MOURÃO NETO | OAB/AM 16873 |
| 3 ADILSON FRANCISCO DE OLIVEIRA SÁ | OAB/PR 105438 |
| 4 ADRIANA ALVES RODRIGUES | OAB/GO 59789 |
| 5 ADRIANA CARVALHO VIEIRA | OAB/RJ 119957 |
| 6 ADRIANA CLÁUDIA DE MOURA | OAB/MG 72090 |
| 7 ADRIANA DE SOUZA NEGREIROS FRAZÃO | OAB/AM 13908 |
| 8 ADRIANA MALLEGNI | OAB/SP 143643 |
| 9 ADRIANA PUGIN TRES | OAB/SP 168328 |
| 10 ADRIANA REGINA BARCELLOS PEGINI | OAB/PR 39682 |
| 11 ADRIANE RODRIGUES DE SOUZA | OAB/RJ 196126 |
| 12 AGENOR VENTURA DA SILVA | OAB/SP 167278 |
| 13 ALBERTO SALLES DE ABREU | OAB/RS 80095 |

14	ALCIDINEI DA SILVA PACHECO	OAB/SC 24251
15	ALESSANDRO BATISTA	OAB/SP 223258
16	ALEXANDRA RODRIGUES	OAB/SP 425555
17	ALEXANDRE ABU ALLA	OAB/RJ 94501
18	ALEXANDRE DO COUTO SOUZA	OAB/MT 6708
19	ALEXANDRE HENRIQUE DE OLIVEIRA	OAB/SP 454959
20	ALEXANDRE MAGNONI	OAB/MG 59200
21	ALFREDO SA MAQUEDA	OAB/SP 371507
22	ALOÍSIO FAGUNES DE LIMA JÚNIOR	OAB/BA 26290
23	AMAZÔNIA PAIVA LOPES MARINHO	OAB/AM 11364
24	AMELIA DRUMOND	OAB/MG 124504
25	AMILTON VITOR SCHEFFER	OAB/MT 13080
26	ANA FLAVIA HOLTZ	OAB/SP 341206
27	ANA LEILA MAIA NARA	OAB/PA 9174
28	ANA PAULA CARDOSO MODESTO DELFINI	OAB/SP 97671
29	ANA PAULA DE LIMA MARIN CLEMENTE	OAB/SP 360835
30	ANA PAULA FELIX BARBOSA LIMA MANES	OAB/RJ 123204
31	ANA REGINA MAROCHIO CIPRIANI	OAB/ES 6814
32	ANA ROSA MAZZUCATO	OAB/MS 18649
33	ANDERSON GABRIEL MARTINS DE MELO	OAB/PA 33494
34	ANDRE JOSE SOARES ANDRADE GOES	OAB/BA 43910
35	ANDRÉA CARLA HOSTINS TRIPPIA	OAB/SC 20541
36	ANDRÉA MARTINS FERNANDES	OAB/MG 200655 OAB/RS 74899 - OAB/SC 54040- A
37	ANDRÉA RIGOTTI SERVIERI	
38	ANDREA RYSER DE SOUZA E SILVA	OAB/SP 228308
39	ANDRÉIA CAROLINE ALEXANDRE MARTINS DE LIMA	OAB/MA 21122
40	ANGELICA SEABRA	OAB/RJ 46092
41	ANNA CHRISTINA SOUZA VALLADARES	OAB/RJ 130711
42	ANNA KELLY NUNES DIAS RIBEIRO	OAB/MG 180394
43	ANTONIA TELMA SILVA	OAB/GO 9385 OAB/PA 14801- A
44	ANTONIEL SOUZA RIBEIRO DA SILVA JÚNIOR	
45	ANTÔNIO CARLOS BARRETO DE SOUZA	OAB/BA 51621
46	ANTONIO NAIRO ROSA CAVALCANTE JUNIOR	OAB/CE 14248
47	ANTONIO RIGHI SEVERO	OAB/SP 420076
48	ARIOSVALDEZ RODRIGUES DE LIMA	OAB/MT 17088
49	ARLETE NAVARRO IKONOMOPOULOS	OAB/RJ 27482
50	ARSÊNIO MARTINS GOMES JUNIOR	OAB/PE 12713
51	ARTUR ALEXANDRE GADÊ NEGÓCIO OLIVEIRA	OAB/DF 15016
52	ARTUR MONTEIRO ARAUJO	OAB/BA 42062
53	BEATRIZ PEREIRA LIMA GUIMARÃES	OAB/SP 290865
54	BENI LARA DE MORAES CASSETTARI	OAB/SP 205253
55	BIANCA BERRIEL DA SILVA BERRIEL	OAB/RJ 138268

56	BIANCA BRÉGULA	OAB/SP 300231
57	BRUNA CARVALHO DOS SANTOS	OAB/AM 11179
58	BRUNA VITÓRIA RAUTA FREITAS BARBOSA SCRUPAK	OAB/RO 11725
59	BRUNO EDUARDO REBELLO DAMICO	OAB/RJ 143504
60	BRUNO ESTÉFANO TEIXEIRA	OAB/ES 9522
61	CAIO VASCONCELLOS BIOJONE	OAB/SP 270985
62	CAMILA MARIANA FERREIRA ALVES	OAB/GO 46168
63	CARLA RIGON	OAB/RO 4100
64	CARLIBERG MORAES DA SILVA	OAB/SP 47850
65	CARLOS ALBERTO MEDINA	OAB/SP 444408
66	CARLOS ALEXANDRE DA SILVA BORGES	OAB/RJ 238174
67	CARLOS ARMANDO ALVES SEREJO	OAB/MA 6921
68	CARLOS DAVI DA SILVA BEZERRA	OAB/AM 17018
69	CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA MORAES	OAB/BA 39089
70	CARLOS ELI SCOPIM	OAB/SP 309225
71	CARLOS FERREIRA ROCHA	OAB/MG 148002
72	CARLOS ROBERTO BERGAMO	OAB/SP 76557
73	CAROLINA COSTA TAIRA	OAB/DF 28645
74	CAROLINA CUSTÓDIO MOLINARI	OAB/MS 9005-B
75	CAROLINA SIDÔNIO ARRAES	OAB/PA 14595
76	CAROLINE BEATRIZ BÔSCOLO DA SILVA RONCOLETA	OAB/SP 210283
77	CAROLINE DE ALMEIDA SILVA	OAB/RJ 130275
78	CASSANDRA LUCIANA	OAB/RJ 114720
79	CATARINE DE MARILAC MARTINS DA SILVA	OAB/CE 42292
80	CATERINE HARDY DE MELLO	OAB/SP 363164
81	CECÍLIA MOTA LOPES	OAB/AM 14292
82	CECÍLIO ESTEVES JERONIMO	OAB/SP 97846
83	CELINEIDE DE MELO VICENTE CUNHA	OAB/MG 205620
84	CELIO AUGUSTO	OAB/SP 250381
85	CELSO FRANCISCO BRISOTTI	OAB/SP 154160
86	CHARLENO BARCELOS FERNANDES	OAB/MG 131753
87	CHARLES A N ALMEIDA	OAB/MA 10767
88	CHRISTIANE SANTOS DA SILVEIRA	OAB/RJ 132459
89	CICILIA DA SILVA COUTO	OAB/RJ 111149
90	CINTIA CARVALHO	OAB/BA 23424
91	CINTIA DE JESUS AIRES	OAB/PI 20115
92	CLAUDIA REGINA MACEDO RODRIGUES	OAB/RJ 151227
93	CLAUDINEIA DE MELO	OAB/PR 50528
94	CLAYTON CESAR HUGUENIN FERNANDES	OAB/RJ 128705
95	CLEITON AIZZA	OAB/SP 243875
96	CLELIA PACHECO MEDEIROS FOGOLIN	OAB/SP 81652
97	CLEMILTON LUCIO BRAÑA	OAB/AM 10906
98	CRISTIAN PEREIRA MENEZES	OAB/PR 80184

99	CRISTIANE MENEGHETTE	OAB/SP 289681
100	CRISTIANO AUGUSTO CARDOSO	OAB/MG 196593
101	CRISTINA APARECIDA PEIXOTO BARBOSA	OAB/MG 43213
102	CRISTOVAO D HEFFNER	OAB/SP 258671
103	CYBELE SCALFO	OAB/SP 258938
104	DALVA CRISTINA RIERA	OAB/SP 328541
105	DAMARES AMARO DE FREITAS PEREIRA	OAB/SP 117202
106	DANIEL BRITO FALCAO	OAB/PB 15183
107	DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA	OAB/MT 16604
108	DANIELA ALVES DA COSTA	OAB/RS 59366
109	DANIELA BOFF	OAB/RS 108297
110	DANIELA VITALINO ALVES	OAB/DF 64630
111	DANIELE DA SILVA SAMPAIO	OAB/SP 430756
112	DANIELE DE MELLO DIAS	OAB/SP 463687
113	DANIELLE DO RÊGO PAZ	OAB/DF 38531
114	DAVID AREIAS VIANNA	OAB/RJ 138124
115	DAVID JOSÉ NUNES BATISTA	OAB/CE 45286
116	DAYANA DA SILVA ALVES DE ASSIS	OAB/TO 6738
117	DAYSE CIACCO DE OLIVEIRA	OAB/SP 126930
118	DEANDREIA GAVA HUBER CAMIATO	OAB/SP 92663
119	DÉBORA ARGENTINO	OAB/SP 268032
120	DÉBORA DA SILVA PESSOA ARRUDA	OAB/AC 4817
121	DÉBORA DE OLIVEIRA DUTRA FRANCA	OAB/GO 45361
122	DEJANE MELO AZEVEDO RIBEIRO	OAB/SP 216863
123	DENISE TEÓFILO ALVES	OAB/GO 28884
124	DEUSINALVA NUNES DE SOUZA OLIVEIRA	OAB/GO 51603
125	DIEGO WALLACE OLIVEIRA	OAB/SP 468780
126	DINÁ DA SILVA BORGES	OAB/BA 10137
127	DIÓGENES PIRES DE MIRANDA	OAB/DF 45523
128	DIOGO HENRIQUE FULY BRAGA	OAB/RJ 157083
129	DIONE APARECIDA GUIMARAES LIMA ROCHA RODRIGUES	OAB/DF 28475
130	DIRCEU BERTIN	OAB/SP 70061
131	DIRCEU JACOB DE SOUZA	OAB/PR 55947
132	EDMUNDO BRESCANCIN VIEIRA	OAB/RS 96036
133	EDNA APARECIDA VALADÃO	OAB/SP 81179
134	EDNILTON MOREIRA LIMA	OAB/MA 10060
135	EDSON REZENDE PEREIRA JUNIOR	OAB/MG 109529
136	EDUARDO CESAR ELIAS DE AMORIM	OAB/SP 175505
137	EDUARDO LUIS ZAGO MELLO	OAB/SP 192571
138	EDUARDO TAVEIRA PINHEIRO	OAB/GO 12141
139	ELENICE MIGUEL JOSE	OAB/SP 90324
140	ELIANE DE ALMEIDA SEFFAIR	OAB/AM 2402
141	ELIANE FERNANDES DE OLIVEIRA	OAB/BA 26828

142	ELIANE FERREIRA LEITE	OAB/RJ 210036
143	ELIANE OLIVEIRA GOMES	OAB/RS 49408
144	ELIANE VARELLA DOMINGUES	OAB/SC 58504
145	ELISA PACHECO	OAB/MG 101991
146	ELISÂNGELA MARTINS AGUIAR	OAB/RJ 219084
147	ELMAR DOS SANTOS LIMA NETO	OAB/PB 25375
148	ELOITA BIANCA DA SILVA CASTRO	OAB/AM 15320
149	EMANUELA VIEIRA DE ARAUJO SCHELL	OAB/SC 43371
150	EMERSON BARIFALDI HIRS	OAB/BA 39486
151	ÉMILIE CARTONILHO FREIRE CALDAS	OAB/AM 9156
152	EMILIE SILVA SCHIMITD CAMARGO	OAB/SP 300291
153	EMÍLIO MARTINS DE SOUZA	OAB/CE 31877
154	ESTER FREITAS	OAB/RJ 132405
155	ESTHER COPPIETERS	OAB/SP 214054
156	EUDES FABIANE CARNEIRO	OAB/GO 21078
157	EUGÊNIO LUCIANO PRAVATO	OAB/PR 28533
158	EVANDRO SILVA BARROS	OAB/MS 7466
159	EVANS BISCAINO DE MELO	OAB/RS 54762
160	FABIANA C A BARRO	OAB/SP 244608
161	FÁBIO AUGUSTO HENRIQUE DE OLIVEIRA	OAB/SP 353567
162	FABIO C M FREITAS	OAB/AM 10756
163	FÁBIO HENRIQUE BREDÁ	OAB/PR 89444
164	FABÍOLA CAMPOS BARRETO	OAB/MG 138398
165	FABÍOLA KELLER DE MORAES	OAB/MG 62579
166	FABRÍCIO GHIL FRIEBER	OAB/BA 22670
167	FELIPE MORGAN	OAB/RJ 159111
168	FERNANDA PEREIRA CARDOSO SCHRAMM	OAB/RJ 106086
169	FERNANDA PRESTES DE LIMA	OAB/AM 8776
170	FERNANDA SANTOS LEITE	OAB/BA 50025
171	FERNANDO AUGUSTO DE LUNA RÊGO	OAB/RJ 205137
172	FERNANDO AUGUSTO DE SOUSA LIMA	OAB/SP 246998
173	FILLIPE DUPRET BAPTISTA	OAB/SP 429308
174	FLAVIA NAPOLES FONSECA	OAB/MG 60045
175	FLÁVIA NAVARRO ROZAS	OAB/RJ 70660
176	FLÁVIA SANCHES	OAB/MG 161138
177	FLAVIO LOURENÇO DE ALMEIDA	OAB/RJ 111412
178	FLÁVIO RENAR DE SOUSA SILVA	OAB/MA 9802
179	FRANCISCO ANSELMO PIACEZZI DE FREITAS	OAB/SP 184097
180	FRANCISCO CARLOS DO PRADO	OAB/RO 2701 OAB/MT 25530/O
181	FRANCISCO DE ASSIS COSTA	
182	FRANCISCO ORCLEMILTON VIDAL COSTA	OAB/RJ 137733
183	FRANCISCO ROMÃO VITOR PORTELA COSTA	OAB/CE 37727
184	FRANKLES MAGNO RIBEIRO SILVA	OAB/MA 1024

185	FREDERICO RESENDE BORGES	OAB/SP 231919
186	GABRIEL CAMARA SEABRA DE LIMA	OAB/RN 16744
187	GABRIEL DE SOUZA PONTES MIGUEL CARPINETTI	OAB/RJ 229806
188	GABRIEL RODRIGUES	OAB/PA 25526
189	GABRIELA BATISTA KIMUS FRIZZO	OAB/RJ 99105
190	GABRIELA FERNANDA ALDIGUEIRE BIZERRA	OAB/SP 343516
191	GEISA SILVEIRA AMORIM GONCALVES	OAB/GO 63868
192	GENILDA MARQUES DE SOUZA	OAB/SP 111091
193	GEORGINA BARROS DA ROCHA	OAB/BA 24411
194	GEOVANA VIEIRA DE CASTRO MARQUES	OAB/AM 17224
195	GERIVAN LÚCIO DOS SANTOS JUNIOR	OAB/AL 14275
196	GILBERTO JOSÉ CADOR	OAB/MT 14323
197	GIOVANNI CALZA ALTOÉ	OAB/SP 354065
198	GLADSTONE HERONILDES DA SILVA	OAB/RN 4458
199	GLAUCIA DE MELO MOURA	OAB/MG 63004
200	GLAUCO LEITE MASCARENHAS	OAB/MS 7943
201	GUILHERME FONSECA FARO	OAB/PE 35334
202	GUILHERME UBINHA DE OLIVEIRA PINTO	OAB/SP 225702
203	GUSTAVO CARVALHO PANTALEÃO	OAB/ES 31135
204	GUSTAVO FONTAINHA FERREIRA	OAB/MG 198679
205	GUSTAVO PEDROSO DA COSTA RIBEIRO	OAB/MS 15591
206	HAYANA COELHO CORREA ROCHA	OAB/MG 174229
207	HELAINÉ DIAS DE ASSIS VIEIRA DA COSTA	OAB/GO 65371
208	HELEN MCCOMB PESSOA DE OLIVEIRA	OAB/RJ 144327
209	HELIO RANGEL MACHADO MACHADO	OAB/RJ 188171
210	HELVECIO JOSE SILVEIRA PRATA FILHO	OAB/MG 147895
211	HENRIQUE FERREIRA RAMOS	OAB/SP 233736
212	HENRIQUE TOIODA SALLES	OAB/SP 212553
213	HIGOR CÉSAR DE CASTRO	OAB/AM 12719
214	HUDSON DELGADO CAMURÇA LIMA	OAB/RO 6792
215	HUGO FELICIANO DE OLIVEIRA SOLOVJOVAS	OAB/SP 463434
216	HUMBERTO AUGUSTO TEIXEIRA NUNES	OAB/PI 2439
217	IARA AKEMI DE ALMEIDA NAKAMURA	OAB/SP 312366
218	IGOR DIAS BARBOZA	OAB/PR 42476
219	IKARO SILVA COSTA	OAB/BA 61203
220	INGRID TEIXEIRA TANGERINO	OAB/SP 465254
221	IRENE DIAS NEGREIRO	OAB/RR 412
222	IRENE MAHTUK FREITAS MEDEIROS BORGES	OAB/SP 109982
223	ISABELA ROSA ALVES	OAB/MT 28787- O
224	IVAN COSTA DOS REIS	OAB/MT 12728 OAB/AM 11807 - OAB/RN 19665- A
225	IZAQUE DE OLIVEIRA DUARTE	
226	JACIRA PRESTES SANTOS	OAB/SP 307020

227	JACKSON KALFELS	OAB/SC 44021
228	JACQUELINE VIEIRA GEENEN	OAB/SP 471172
229	JAIRO DE OLIVEIRA ZORDAN	OAB/SP 329350
230	JAKELLYNE ANTONELLI DE ALMEIDA	OAB/GO 29313
231	JANE MOREIRA DA SILVA	OAB/RJ 135492
232	JANETE LEIVAS	OAB/RS 60916
233	JAQUELINE CUBCHEC DE OLIVEIRA BARBOSA LOPES	OAB/SP 463957
234	JARDEL DA ROCHA MOREIRA	OAB/MA 12945
235	JESSICA GAMA BATALHA	OAB/SE 7972
236	JOANA CÉLIA MENDES MALTA	OAB/MG 163227
237	JOÃO HENRIQUES DUTRA JUNIOR	OAB/PA 22786
238	JOAO MARCELO MARTINS ALVES	OAB/PI 13423
239	JOÃO MARTINS NETO	OAB/SP 213219
240	JOAQUIM HONORIO NETO	OAB/CE 11827
241	JOEL BATISTA FERREIRA	OAB/DF 69149
242	JÔNATHAS COELHO BAPTISTA DE MELLO	OAB/RO 3011
243	JORGE CUNHA CHOCAIR	OAB/SP 294064
244	JORGE LUIZ SAPUCAIA CALABRICH	OAB/BA 32889
245	JORGE MOREIRA DA SILVA NETO	OAB/SP 326939
246	JORGE SILVA MACHADO	OAB/ES 13866
247	JORGEANE NADEGE SILVA MASCARENHAS	OAB/BA 22612
248	JOSAFAR GUIMARÃES	OAB/PR 53195
249	JOSÉ APRIGIO DA SILVA	OAB/RJ 202976
250	JOSÉ BORGES DA SILVA	OAB/SP 112895
251	JOSE EDUARDO GUEDES	OAB/SP 132464
252	JOSÉ EUGÊNIO DE PAULA ASSIS NETO	OAB/BA 47114
253	JOSÉ JAIME DO VALLE	OAB/SP 133821
254	JOSÉ LUIZ DE ALMEIDA SILVA	OAB/ES 9884
255	JOSÉ OLÍVIO DE FREITAS PEREIRA	OAB/SP 86007
256	JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA PIMENTA JÚNIOR	OAB/SP 159312
257	JOSEANA SCHERER DE ABREU	OAB/SC 57076
258	JOSEMAR BEZERRA DO VALE	OAB/AM 9662
259	JUCILENE LIRA CEBALHO	OAB/RO 7983
260	JUDSON MENEZES JÚLIO	OAB/MG 207409
261	JULIANA AMARAL DE OLIVEIRA LEAL	OAB/PI 5648
262	JULIANA DE SOUSA ANDRADE	OAB/MT 16875
263	JULIANA PIRES GOMES	OAB/DF 35687
264	JULIANE VANJA BARCELOS NOGUEIRA MEDINA	OAB/GO 11061
265	JULIANO SOARES SARAN	OAB/RS 40424
266	JULIO CESAR DE OLIVEIRA	OAB/MG 95395
267	JÚLIO VINÍCIUS ALVES LEITE	OAB/BA 62816
268	JUNIO CESAR DE NORONHA	OAB/MT 15391
269	KARINA HELENA CHAGAS GANTOIS	OAB/BA 39193

270	KASSIA MOTTER PINHEIRO	OAB/RO 9026
271	KATLYN REGINA SCHEIDEMANTEL	OAB/SC 39041
272	KELY CRISTINA DULSKIS BUENO	OAB/PR 26680
273	LAYLANA ALMEIDA DE CARVALHO CAVALCANTE	OAB/MA 15439
274	LEACI DE OLIVEIRA SILVA	OAB/SP 231450
275	LEANDRO DONIZETTI FERREIRA	OAB/SP 199742
276	LEANDRO JOSÉ SOARES	OAB/RS 103101
277	LEANDRO SANCHES TAMASSIA VICENTE	OAB/SP 322815
278	LEANDRO SIMONI SILVA	OAB/ES 012235
279	LENIRA LIMA DE LEMOS	OAB/BA 47391
280	LEONARDO CHINATO RIBEIRO	OAB/SC 27113
281	LEONARDO COUTINHO RIBEIRO	OAB/RJ 174524
282	LEONARDO JOAQUIM ALBANO	OAB/PR 23860
283	LEONARDO LUIZ PEREIRA COLÁCIO	OAB/MA 8133
284	LEOPOLDO PENTEADO BUTKIEWICZ	OAB/SP 234697
285	LILIAN DA SILVA OLIVEIRA	OAB/DF 44259
286	LILIAN MISSANO MAIA NOBRE	OAB/AL 16729
287	LILIANE BEATRIZ UEZ MÜLLER	OAB/PR 27406
288	LILIANE DE CARVALHO METZKER MONTE ALTO	OAB/ES 10826
289	LINCOLN HUGO MONTALVAO	OAB/SP 459967
290	LINDEMBERGUE GOMES DE FREITAS	OAB/PE 34128
291	LINDOMAR DE ALENCAR FERREIRA	OAB/MS 13340
292	LORENA BARRETO ATEM	OAB/AM 8473
293	LUANA JULIÃO DO NASCIMENTO	OAB/SP 349285
294	LUCAS ANIBAL BERNARDO	OAB/SP 411808
295	LUCCAS BERESA DE PAULA MACEDO	OAB/MS 25782
296	LUCÉLIA MARTINS MOREIRA	OAB/MG 109853
297	LÚCIA ERIKA DE OLIVEIRA BARRETO	OAB/AM 8517
298	LUCIA MARIA LEBRE	OAB/SP 40853
299	LUCIANA GUIDOTTI DE CASTRO	OAB/SP 120742
300	LUCIANA MARIA HERDY QUEIROS SILVEIRA	OAB/SP 188114
301	LUCIANA MENDES MAGLIANO	OAB/DF 44353
302	LUCIANA MIRANDA DE SIQUEIRA LIMA	OAB/DF 33486
303	LUCIANA VEIGA DE PAULA	OAB/SP 170367
304	LUCIANO ALMEIDA CARRER	OAB/SP 297312
305	LUCIANO LANGARO FORMIGHIERI	OAB/RS 68182
306	LUCIENE ALVES MEDEIROS DE LIMA	OAB/DF 37881
307	LUCIENE MENDES DE JESUS	OAB/SP 295414
308	LUCIMAR GOMES DOS SANTOS	OAB/MS 25952
309	LUCIMARA GOMES SANTANA DE CASTRO RIGOLON	OAB/RO 6550
310	LUDMILA CHAUÇA SARAIVA	OAB/RJ 173080
311	LUILNA DE FÁTIMA RAMON MOCELIN	OAB/SP 118359
312	LUIS ALBERTO CASAL MACHADO	OAB/SP 179789

313	LUIS ANTÔNIO CARVALHO DA CUNHA	OAB/RJ 141905
314	LUIS CARLOS EUFRAZIO DOS SANTOS	OAB/AM 15047
315	LUÍS EUGÊNIO DE RESENDE SILVA	OAB/MG 126367
316	LUIZ CARLOS DE FREITAS JUNIOR	OAB/SC 25616
317	LUIZ FELIPE MARTINS DOS REIS	OAB/DF 28285
318	LUIZ FERNANDO NUBILE NASCIMENTO	OAB/SP 272698
319	LUIZ HENRIQUE FERNANDES SANTANA	OAB/MG 100353
320	LUIZ HENRIQUE PEREIRA BRAGA	OAB/SP 201435
321	MABIO CESAR ESPINISA SOUSA	OAB/CE 34685
322	MÁCIA MARIA RIBEIRO RODRIGUES	OAB/PE 27168
323	MADELAINE GOMES ALVES	OAB/ES 12137
324	MAGDA SILVANA PERPÉTUO DE MENDONÇA BORGES	OAB/ES 156-B
325	MAHARA TELLES TISATTO	OAB/RS 88823
326	MAIONE BORGES DE SOUZA	OAB/DF 55226
327	MARCELO AUGUSTO DOS SANTOS PINHEIRO	OAB/AM 9365
328	MARCELO CARVALHO	OAB/RJ 129409
329	MARCELO CORRÊA BARROS	OAB/DF 8519
330	MARCELO FERNANDO CONCEIÇÃO	OAB/SP 170261
331	MARCELO HENRIQUE GONÇALVES	OAB/PR 36610
332	MARCELO LESSA PINTO PITTA	OAB/BA 24425
333	MARCELO NASCIMENTO ZACARIAS	OAB/SP 320453
334	MARCELO RAYES	OAB/SP 141541
335	MARCIO ADRIANO PORFIRIO DA SILVA	OAB/PR 54261
336	MARCIO ANDRÉ MEDEIROS MORAES	OAB/PR 13720
337	MÁRCIO AUGUSTO MARQUES INÁCIO	OAB/SP 89750
338	MARCO AURÉLIO BACELAR DE SOUZA	OAB/AM 12836
339	MARCO AURÉLIO MOTTA FERREIRA	OAB/DF 11905
340	MARCOS ALEXANDRE DA SILVA	OAB/SC 13141
341	MARCOS ARAGÃO ROCHA	OAB/AM 15372
342	MARCOS DE MELO MACIEL	OAB/DF 49547
343	MARCOS DE SOUSA DIACOV GONÇALVES JUNIOR	OAB/SP 324180
344	MARCOS GLUCK	OAB/BA 68587
345	MARESSA MORET RIBEIRO MALTA	OAB/ES 25168
346	MARIA BEATRIZ GONÇALVES LEMOS	OAB/SC 37130
347	MARIA CAROLINA RABETTI	OAB/SP 208260
348	MARIA CAROLINA VELASCO MORI	OAB/SP 382831
349	MARIA CRISTINA DE MATOS CABRAL	OAB/GO 38079
350	MARIA DAS GRAÇAS RODRIGUES DA SILVA	OAB/DF 28304
351	MARIA DO CARMO LIMA DA SILVA	OAB/AM 11098
352	MARIA DO CARMO LIMA DOS SANTOS	OAB/AM 9096
353	MARIA LUCIANA MANINO AUED	OAB/SP 158098
354	MARIA NATAL EVANGELISTA FREIRE	OAB/PE 1059
355	MARIA PAULA VILLELA VIEIRA DE CASTRO FERREIRA	OAB/RN 4048-B

356	MARIANE BUSTI SOUZA	OAB/MG 114718
357	MARILENA MORAES	OAB/SP 21606
358	MARILUZI DALAVA LOPES SALES	OAB/SP 271061
359	MARIO AUGUSTO DE OLIVEIRA NETO	OAB/DF 26709
360	MARISA APARECIDA RAMOS	OAB/PR 99310
361	MARIVALDO GUSMÃO DE REBOUÇAS	OAB/SP 412088
362	MARLENE RAK	OAB/PR 59827
363	MARLIANE TEIXEIRA CUPIDO DOS SANTOS	OAB/RJ 151229
364	MARLY VIEIRA DE CAMARGO	OAB/SP 86687
365	MARTA BRENNER	OAB/RJ 110926
366	MATHEUS ETHIERRY CERON ZANIN	OAB/SC 61899
367	MATHEUS MENDES DA COSTA SOARES	OAB/PR 110014
368	MAURÍCIO MARCHINI MARQUES	OAB/SP 149533
369	MAURÍCIO SABOIA DE SOUZA	OAB/AM 8982
370	MAURO AUGUSTO DIB MERTENS	OAB/PR 67407
371	MAURO PENNA RIBEIRO	OAB/RJ 100698
372	MAYARA CRISTINA LOPES DOS SANTOS	OAB/SP 425809
373	MAYKE DE JESUS NOGUEIRA	OAB/GO 47156
374	MICHAEL JOHNNY MARTINS GONÇALVES	OAB/SP 444195
375	MICHEL RODRIGUES DOS SANTOS	OAB/AM 12036
376	MICHELLE LAURA MAGNANI DE SOUSA	OAB/SP 249535
377	MIRIAM ANGELICA DOS REIS	OAB/SP 180355
378	MIRIAM CRISTINA RODRIGUES AMARANTE	OAB/SC 30800
379	MIRIAM SELMA DE ASSIS GOMES	OAB/GO 28911
380	MIRLENE RODRIGUES DE LIMA	OAB/DF 70053
381	MÔNICA AMARAL GONÇALVES DE OLIVEIRA	OAB/DF 24438
382	MONICA LIMA DE NORONHA KUSER LEHMKUHL	OAB/PA 12078
383	MONIQUE D ALMEIDA PASSOS	OAB/MG 83696
384	MURILO DIAS BARBOSA	OAB/RS 75666
385	NADIA GISELLY DE CASTRO E SILVA	OAB/MT 12416
386	NADJA MARA PEREIRA DE JESUS	OAB/BA 10494
387	NARA FAUSTINO DE MENEZES	OAB/SP 192211
388	NATANAEL PEREIRA DE ASSUMPÇÃO	OAB/RJ 197626
389	NEILDA GOMES SOARES	OAB/GO 29046
390	NEIVA BURATTO MAESTRI	OAB/SC 42115 OAB/SP 80164-B
391	NÉLIO EURIPEDES MACHADO	
392	NELSON KUHN DENES FILHO	OAB/PR 43460
393	NELSON MARTELOZO JUNIOR	OAB/SP 232267
394	NELSON QUINTELA TORRES JÚNIOR	OAB/ES 7814
395	NEUSA MARIA TERUEL DE MELO	OAB/SP 67754
396	NIKOLAS RASCAGLIA KAMINSKAS	OAB/SP 470064
397	NOÉ DA SILVA HOMEM	OAB/DF 20101
398	NOEMI GOMES CARVALHO DIAS	OAB/SP 378561

399	NORMA FERNANDA PONTES BORIN GARCIA	OAB/SP 82160
400	NÚRIA GARCIA CAMBLOR WOLNEY	OAB/DF 41736
401	ODAIR PEREIRA DE SOUSA	OAB/MS 3965
402	ODIMAURO MENDES CASPIRRO	OAB/SP 430807
403	OFIR LEVI PEREIRA CASTRO	OAB/PA 9767
404	OLMARA BALBINOTTE PINTO SANTIN	OAB/RS 63563
405	ORIAS BORGES LEAL	OAB/ES 6271
406	ORION ALVES RABELO JUNIOR	OAB/GO 36381
407	ORLANDO DOS SANTOS SILVA JUNIOR	OAB/RJ 111286
408	OSVALDO JOSÉ DE OLIVEIRA	OAB/MS 21576
409	OSVARLEY ALBERTO DE OLIVEIRA	OAB/SP 236459
410	OSWALDO JOSÉ GARCIA DE OLIVEIRA	OAB/SP 135956
411	PABLO DE MENEZES DA ROSA	OAB/RS 77041
412	PACELLI DA ROCHA MARTINS	OAB/SP 402588
413	PAMELYS DE BARROS	OAB/SC 46089
414	PAOLA DA SILVA DANIEL	OAB/RJ 216639
415	PAOLO BANFI COSTA	OAB/SP 261424
416	PATRÍCIA AGUIAR RIBEIRO	OAB/BA 21218
417	PATRICIA GUANCIALE	OAB/SP 146477
418	PATRÍCIA OLIVEIRA LIMA PESSANHA	OAB/SP 352862
419	PATRICIA PASSARELLI JOYCE MOCCIA	OAB/SP 131913
420	PAULA GUARNIERI PASSOS	OAB/PR 75515 OAB/GO 57637 - OAB/DF 64817
421	PAULO CÉSAR RODRIGUES DE FARIA	OAB/BA 13103
422	PAULO DE TARSO MACHADO DE CARVALHO	OAB/AM 5240
423	PAULO FERNANDO ALVES MAFFIOLETTI	OAB/RJ 124438
424	PAULO FERNANDO EYLER PÓVOA	OAB/AM 10033
425	PAULO HUMBERTO CARVALHO DE OLIVEIRA	OAB/BA 56295
426	PAULO ROBERTO DE SOUZA COSTA	OAB/PR 21307
427	PAULO ROBERTO MOSER	OAB/RJ 236913
428	PEDRO HENRIQUE FERREIRA ORB	OAB/SP 16536
429	PEDRO LIMA	OAB/BA 21727
430	POLLYANNA MAGALHAES RODRIGUES MUNIZ	OAB/SP 433562
431	RAFAEL GUIDA SOUZA	OAB/DF 60725 OAB/MT 12093- B
432	RAFAEL LIMA FREIRE	OAB/SE 6036
433	RAFAEL NEPOMUCENO DE ASSIS	OAB/PI 5473
434	RAFAEL VASCONCELOS DE GOIS	OAB/PR 58923
435	RAPHAEL SOARES BARBOSA	OAB/SP 406991
436	RAQUEL DA SILVA	OAB/RS 075635
437	RAUFIMAN DOS REIS SANTOS	OAB/RJ 39926
438	REBECA SILVEIRA TEIXEIRA	OAB/RO 4095
439	REGINA COELI MUSSI DE BARROS VILELLA DOS SANTOS	OAB/PR 113528
440	REJANE CORREA GRIEHL	
441	RENAN CRUZ DE OLIVEIRA	

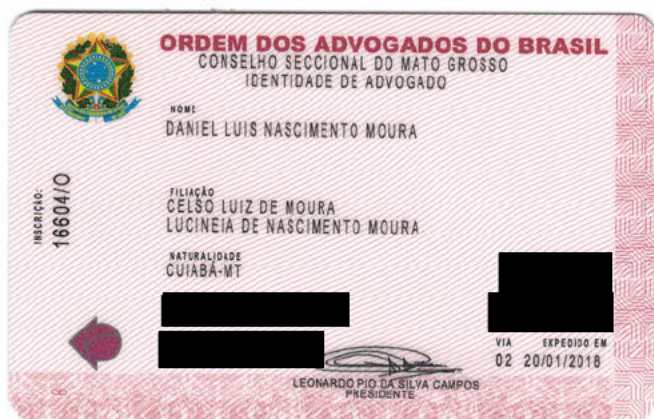
442	RENAN DE BARROS ALVES	OAB/AM 15298
443	RENAN RICO DINIZ	OAB/SP 386736
444	RENATA ALCIONE DE FARIA RODRIGUES	OAB/RJ 141559
445	RENATA DA COSTA GATO BONATES	OAB/AM 13606
446	RENATA MONTE HORTA	OAB/SP 276608
447	RENATA ROJAS	OAB/SP 218011
448	RENATO ALVES RIBEIRO NETO	OAB/MG 142021
449	RENATO CURSAGE PEREIRA	OAB/MG 67337
450	RENATO SPADOTO RIGHETTI	OAB/RO 1198
451	RENIR BEGNINI	OAB/AM 5095
452	RICARDO LUIS ARONI	OAB/SP 212827
453	RICARDO PESSOA DOS SANTOS	OAB/PE 9943
454	RICARDO RAMOS	OAB/SP 86158
455	RICARDO TADEU ILLIPRONTI	OAB/SP 113609
456	RICARDO VIEIRA DANTAS	OAB/SE 004384
457	ROBERTA CORRÊA VARGAS	OAB/RS 56696
458	ROBERTO ARAÚJO DE OLIVEIRA	OAB/MA 7495
459	ROBERTO DE ALBUQUERQUE ARLÉO BARBOSA	OAB/BA 11513
460	ROBERTO GEHLEN DE BRITO	OAB/RS 40249
461	ROBERTO LUIZ DOS REIS	OAB/RJ 225941
462	ROBERTO MACHADO SALIM	OAB/DF 5559
463	ROBINSON RODRIGUES GIBSON	OAB/PA 22962
464	RODERICO FREITAS	OAB/RJ 76182
465	ROGÉRIO DO CARMO COSTA	OAB/GO 22676
466	ROGERIO PEDROSO RODRIGUES	OAB/TO 3949
467	ROLAND LOUIS DE SONIS	OAB/ES 16416
468	RÔMULO DA SILVA SANTOS	OAB/MA 7321
469	RONALDO ANTONIO LACAVA	OAB/SP 171371
470	RONALDO DEMÉTRIO DA SILVA	OAB/MG 125098
471	RONALDO DUARTE MUNIZ	OAB/MG 200063
472	RONALDO MACEDO DE SANT'ANNA	OAB/RJ 79290
473	RONI SILVA BATISTA ROSA	OAB/CE 36541
474	ROSANE TROSS	OAB/SP 282244
475	ROSECLER SZADKOSKI	OAB/MT 7325
476	ROSENILDA ALVES DOURADO	OAB/SP 202179
477	ROSILDO CAMPOS	OAB/RJ 237056
478	RUBENS NASCIMENTO	OAB/PB 14867
479	RUTH MARIA COSTA BRITO	OAB/AM 16972
480	RUY GUILHERME BECHARA DE OLIVEIRA	OAB/AM 13058
481	RUY JOSÉ BARBOSA JR	OAB/RJ 139663
482	SABRINA SUELLE DA SILVA MORAES	OAB/AP 2660
483	SAMANTA DE OLIVEIRA	OAB/SP 168317
484	SAMANTHA POZZER KÜHLEIS	OAB/RS 75754
485	SAMUEL FERNANDES CASTRO	OAB/DF 28439

486	SANDRA REGINA DE ANDRADE FERREIRA	OAB/RJ 203324
487	SANDRA REGINA SETE	OAB/SP 194580
488	SANDRO HEITOR TEDOLDI CERQUEIRA TINOCO	OAB/MG 165631
489	SANDRO ROBERTO ALMEIDA	OAB/MT 7619
490	SANMYA DANIELLE BATISTA FONSECA DE OLIVEIRA	OAB/PI 15169
491	SARA PATRÍCIA RIBEIRO FARIAS	OAB/RR 1008
492	SARAH DE CARVALHO GUIMARÃES FRANÇA	OAB/MS 25634
493	SEBASTIANA MELO BARROSO FERREIRA	OAB/MG 57479
494	SEBASTIÃO CHINELATO	OAB/MG 60531
495	SEBASTIÃO NERES DE JESUS	OAB/MG 159027
496	SELMY ANTONIO DOS SANTOS	OAB/BA 35917
497	SERAFIM JOSÉ TAVEIRA JÚNIOR	OAB/AM 10282
498	SERGIO CARLOS MENEZES BEZERRA	OAB/RJ 67899
499	SERGIO EDUARDO GAERTNER HAMES	OAB/SC 9298
500	SEVERINO JUSTINO DE SOUZA NETO	OAB/PE 55863
501	SHEILA SAMPAIO DE GIACOMETTI	OAB/MS 16898
502	SHIRLEY GALEANO SALES	OAB/RS 95437
503	SIDNEI ROBERTO STINGHEN	OAB/SC 29631
504	SIDNEY COELHO	OAB/AM 9664
505	SILMARA HENRIQUES SALGADO	OAB/RJ 63699
506	SIMONE GADEA FURTADO	OAB/RS 85652
507	SIMONE GONCALVES ARCOVERDE	OAB/DF 44635
508	SONIA APARECIDA SALVADOR	OAB/RO 5621
509	SORAYA CONSUL	OAB/SP 74613
510	STELLA PINHEIRO	OAB/MS 23578
511	STELLA SILVA LEME TAVARES CANEDO	OAB/SP 214404
512	STENIO ROBSON GOMES LOPES ROCHA	OAB/CE 5566522
513	STEPHANIE ANDRADE KUKULKA	OAB/DF 51298
514	SUELY MARTINS DO VALE	OAB/MG 161269
515	SUZETE DA ROCHA SOTOLANI	OAB/DF 29275
516	SUZETE MACEDO	OAB/RJ 185148
517	SUZYANE MAIA GALVÃO	OAB/AM 16594
518	TAÍZA TÂNIA NOGUEIRA DA SILVA	OAB/DF 66891
519	TALYTTE DAHER RANGEL FORATTINI PEDRA	OAB/ES 16120
520	TATIANA MESSIAS DA SILVA BASSO	OAB/PR 31914
521	TAVIANA MOURA CAVALCANTI	OAB/RO 5334
522	TAYANE LARYSSE FERREIRA DE SOUZA DA CUNHA	OAB/AM 15049
523	TEMOTEO BEVILAQUA	OAB/CE 37673
524	THAIS FATIMA DOS SANTOS CAMARGO	OAB/MT 7424-B
525	THIAGO GLAYSON RODRIGUES DOS PASSOS	OAB/PA 13727
526	THIAGO ZION CORDEIRO	OAB/PE 37383
527	THOMAS LEONEL DA SILVA	OAB/SP 344361
528	TIAGO FERREIRA DE ALENCAR	OAB/SP 310913

529	TIENE BRANDELERO CAMARGO	OAB/PR 90345
530	UBIRATAN MACHADO DE OLIVEIRA	OAB/GO 36794
531	VAGNER GERALDO PINHO CAVALCANTE	OAB/MG 139648
532	VALBER COIMBRA DOS SANTOS	OAB/RJ 204388
533	VALÉRIA ALVES DOS SANTOS	OAB/RJ 163747
534	VALMIR OLIVEIRA DA SILVA JÚNIOR	OAB/PE 23541
535	VANESSA MIRANDA MARQUES FERREIRA	OAB/SP 326068
536	VANESSA PEREIRA BARREIRA	OAB/SP 228941
537	VARTELÔ FRANCISCO DE AMORIM FILHO	OAB/MG 61558
538	VICTOR BARONE	OAB/SP 261195
539	VINÍCIUS DE OLIVEIRA SANTOS	OAB/GO 31280
540	VINÍCIUS RIBEIRO COUTINHO MANHÃES	OAB/RJ 203869
541	VIRGÍNIA KELLY MEDEIROS MORAIS	OAB/PA 31055
542	VIVIA BASTOS CASA	OAB/RS 81905
543	VIVIANE FRANÇA NAVARRO	OAB/RJ 225973
544	VIVIANE ZACHARIAS SPINELLA	OAB/SP 134868
545	WAGNER BENICIO GOMES	OAB/MG 134723
546	WAGNER FIGUEIRA SANTOS	OAB/RJ 174348
547	WALDECK CAYRES LACERDA	OAB/RJ 78388
548	WALDIR DE VITA RIBEIRO JUNIOR	OAB/RJ 121368
549	WALLACE CERQUEIRA SANTOS	OAB/BA 13890
550	WALLACE DE OLIVEIRA	OAB/SP 416523
551	WASHINGTON SANTOS	OAB/MG 155597
552	WELBIO COELHO SILVA	OAB/DF 25295
553	WENDERSON ROSA BATISTA	OAB/MG 122886
554	WHELLBELSON MENDES DOS SANTOS	OAB/SP 479532
555	WILLIAM JOSÉ DE SOUZA	OAB/SP 73159
556	WILLIAM MACHADO BORGES	OAB/MA 11057
557	YZADORA ALVES DE MATOS LIMA	OAB/MT 25956
558	ZORAIDE SANT'ANA LIMA	OAB/PR 12529

Fim





TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.006/94)





ASSINATURA DO PORTADOR

OBSERVAÇÕES



TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.006/94)





ASSINATURA DO PORTADOR

OBSERVAÇÕES



ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
IDENTIDADE DE ADVOGADO
SUPLEMENTAR

NOME
PAULO CESAR RODRIGUES DE FARIA

FILIAÇÃO
ALDEMITE ALVES DE FARIA
MARIA DE LOURDES FARIA

NATURALIDADE
ANICUNS-GO

DATA INSCRIÇÃO SUPLEMENTAR
18/02/2020

VIA EXPEDIDO EM
01 05/03/2020

DELIO FORTES LINS E SILVA JUNIOR
PRESIDENTE

INSCRIÇÃO SUPLEMENTAR:
64817

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DE GOIAS
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
PAULO CESAR RODRIGUES DE FARIA

FILIAÇÃO
ALDEMITE ALVES DE FARIA
MARIA DE LOURDES FARIA

NATURALIDADE
ANICUNS-GO

DATA INSCRIÇÃO SUPLEMENTAR
01 28/07/2019

LUCIO FLAVIO SIQUEIRA DE PAIVA
PRESIDENTE

INSCRIÇÃO:
57637

**ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

CONSELHO SECCIONAL DO AMAZONAS
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME

PAULO FERNANDO ALVES MAFFIOLETTI

FILIAÇÃO

MARCO AURÉLIO DINIZ MAFFIOLETTI
ELIZETE ALVES MAFFIOLETTI

NATURALIDADE

MANAUS-AM

INSCRIÇÃO:

5240



6

VIA

01

EXPEDIDO EM

14/07/2008

ARISTÓFANES BEZERRA DE CASTRO FILHO
PRESIDENTE

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)



ASSINATURA DO PORTADOR




ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DO AMAZONAS
IDENTIDADE DE ADVOGADO

INSCRIÇÃO
12836

NOME
MARCO AURÉLIO BACELAR DE SOUZA
FILIAÇÃO
OSAIL MEDEIROS DE SOUZA
IZABEL BACELAR DE SOUZA
NATURALIDADE
MANAUS - AM

EXPEDIDO EM
11/02/2020



MARCO AURÉLIO DE LIMA CHOY
PRESIDENTE



ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DE SÃO PAULO
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME

RENAN RICO DINIZ

FILIAÇÃO

ITAMAR DABRIUS DINIZ
SANDRA RICO DINIZ

NATURALIDADE

SÃO PAULO-SP

INSCRIÇÃO:

386736

VIA

02

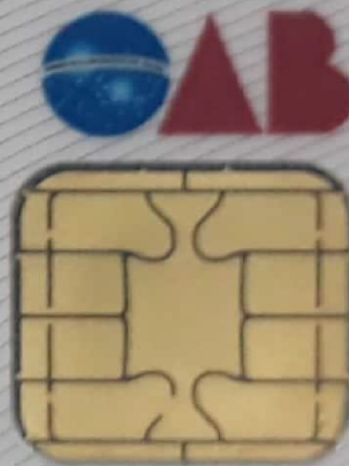
EXPEDIDO EM

11/05/2019

CAIO AUGUSTO SILVA DOS SANTOS
PRESIDENTE

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
 (Art. 13 da Lei nº 8.906/94)

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



ASSINATURA DO PORTADOR

[Handwritten signature]



OBSERVAÇÕES





ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO PIAUÍ
IDENTIDADE DE ADVOGADA

NOME

CINTIA DE JESUS AIRES

FILIAÇÃO

PEDRO DA SILVA AIRES

MARILENE RODRIGUES DE JESUS

NATURALIDADE

TABOÃO DA SERRA - SP



EXPEDIDO EM
31/07/2021

CELSO BARROS COELHO NETO
PRESIDENTE

INSCRIÇÃO

20115



TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

USO OBRIGATÓRIO

IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei n° 8.906/94)



ASSINATURA DO PORTADOR

Cintia de Jesus Aires

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**CONSELHO SECCIONAL DO AMAZONAS
IDENTIDADE DE ADVOGADA

NOME

LÚCIA ERIKA DE OLIVEIRA BARRETO

FILIAÇÃO

EURÍPEDES JOSÉ BARRETO DE OLIVEIRA
MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA BARRETO

NATURALIDADE

MANAUS-AM

INSCRIÇÃO:

8517

MARCO AURÉLIO DE LIMA CHOY
PRESIDENTE

VIA

02

EXPEDIDO EM

21/01/2020

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei n° 8.906/94)



ASSINATURA DO PORTADOR

Lúcia Barreto



OBSERVAÇÕES

Alexandre de Moraes é alvo de 60 pedidos de impeachment no Senado

Moraes é o principal alvo de bolsonaristas, que criticam a atuação do ministro e também da Corte

AE Agência Estado

postado em 25/01/2023 00:13





(crédito: Ed Alves/CB/D.A
Press)

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes é alvo de 60 pedidos de impeachment no Senado. As representações foram apresentadas por membros da sociedade civil, deputados e senadores que compõem a base de apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro. Em menos de um mês de 2023, foram sete. O Senado é a Casa responsável por dar início no processo de impedimento de ministros do STF.

Moraes é o principal alvo de bolsonaristas, que criticam a atuação do ministro e também da Corte. O magistrado, que é relator do inquérito das fake news, foi responsável pela maior parte das operações contra apoiadores do ex-presidente. Entre as decisões de Moraes, estão o bloqueio de perfis de influenciadores nas redes sociais, desmonetização das páginas em canais do YouTube e ações da Polícia Federal contra empresários e líderes bolsonaristas.

SAIBA MAIS



POLÍTICA

Alexandre de Moraes mantém prisão de Roberto Jefferson



POLÍTICA

Notas fiscais revelam viagens de Michelle Bolsonaro, Carlos e Jair Renan

POLÍTICA

29/01/2023 23:02

Alexandre de Moraes é alvo de 60 pedidos de impeachment no Senado



Tratar impeachment de Dilma como golpe não ajuda o país, diz Miguel Reale Jr.



POLÍTICA

Após veto, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro pede para não assumir batalhão

Os argumentos dos pedidos de impeachment são variados. O último deles, feito por um membro da sociedade civil no dia 9 de janeiro, afirma que, por causa de Moraes, houve "inconstitucionalidades", "violações aos direitos fundamentais" e classifica o inquérito das fake news como um "modelo de consequências nefastas".

Numa tentativa ter de um aliado no comando da Casa, bolsonaristas fazem campanha para o senador eleito Rogério Marinho (PL) na disputa pela presidência do Senado. O atual presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD), que é candidato à reeleição, já barrou 12 pedidos de impeachment.

Como mostrou o *Placar Estadão*, Pacheco soma mais votos declarados do que Marinho. Segundo relatos colhidos pelo *Estadão*, aliados do atual presidente do Senado acreditam que hoje ele tem, potencialmente, perto de 40 votos - são necessários 41 para vencer a disputa em primeiro ou segundo turno.

FOLHA POLITICA.ORG

JORNALISMO INDEPENDENTE



[Início](#)
[Política Brasileira](#)
[Mundo](#)
[Direitos e Deveres](#)
[Cinema](#)
[Corrupção](#)
[Dinheiro Público](#)
[Economia](#)
[Movimentos Sociais](#)
[Mídia](#)
[Educação e Cultura](#)

[Sociedade](#)
[Religião](#)
[Saúde](#)
[Internet](#)
[Justiça](#)
[Manifestações](#)
[Contato](#)

Folha Política

YouTube 999+

Seguir @FolhaPolitica

domingo, 29 de janeiro de 2023

Site da velha imprensa afirma que Moraes faz campanha por Pacheco na presidência do Senado e cidadãos e parlamentares reagem

Curtir 16

Tweet

Site da velha imprensa afirma que Moraes faz campanha por Pachec...



Um portal de notícias, da velha imprensa, relatou que o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, estaria fazendo campanha pela candidatura de Rodrigo Pacheco à reeleição na presidência do Senado. O jornalista Daniel Cesar, da coluna Último Segundo, do portal iG, afirmou: "O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) e presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) vem entrando em contato com senadores eleitos pedindo voto para Rodrigo Pacheco (PSD), e intensificou suas manifestações privadas nas últimas horas".

O jornalista declarou que um senador anônimo confirmou que recebeu um telefonema do ministro. Segundo a coluna, o senador teria dito: "O ministro apenas lembrou que é preciso pacificar os três poderes e neste momento é isso que o Pacheco representa". O jornalista prosseguiu afirmando: "Assim como esta ligação, outras foram feitas pelo ministro, que entrou no circuito ativo para garantir a reeleição de Pacheco".

O jornalista acrescentou: "Essa mesma fonte ouvida pela coluna lembrou ainda que Moraes não é o único membro do STF em campanha por Pacheco. Tanto Gilmar Mendes quanto Ricardo Lewandovsky também entraram em contato com políticos mais próximos pedindo voto pelo atual presidente do Senado".

Cidadãos e parlamentares reagiram à revelação mostrando o escândalo de uma tal conduta por um ministro de corte superior.

O deputado federal Carlos Jordy afirmou: "A imprensa noticia que Moraes tem feito campanha para que senadores votem em Pacheco. Eis a razão porque Pacheco não pode ser reeleito. Ele ignora os crimes de Moraes". Jordy citou a lei 1.079, de 1950, a Lei do Impeachment: "Art. 39. São crimes de responsabilidade dos Ministros do STF: 3 - exercer atividade pol tico-partidária".

O advogado Hugo Freitas publicou um print de notícia relatando a atuação de Moraes e comentou: "Diz ele que é pela democracia".

O vereador Rodrigo Marcial disse:

"Ah, que beleza! Ministros do STF fazendo campanha para a Presidência do Senado? Que exemplo de imparcialidade!

O papel do Supremo era defender a Constituição, não dobrá-la para sua própria agenda política.

As ligações individuais para influenciar a votação no Senado é um bom e velho DEDO DO MEIO para a separação dos poderes e para a confiança da população nas instituições democráticas.

Destaques



STJ mantém sigilo sobre gastos de amante

de Lula com cartão corporativo
Imagem: Reprodução / Época A Corte Especial do STJ negou ontem a liberação de acesso a dados do cartão corporativo utilizado por Rosema...



Deputado Van Hatten reage após posse de

Lula e anuncia maior oposição da história: 'ex-presidiário, inimigo da nação'
O deputado federal Marcel Van Hatten, em live transmitida pelas redes sociais, comentou a cerimônia de posse do Lula e falou sobre as perspe...



URGENTE : Senador Marcos do Val publica documen

to e anuncia pedido de prisão de Dino, ministro de Lula, e impeachment do petista
O senador Marcos do Val anunciou, pelas redes sociais, que pretende pedir a prisão do ministro da Justiça, Flávio Dino, por sua omissão no d...



Deputado Marcel van Hatten denuncia Lula

como criminoso e censura do STF ao maior jornal da Holanda
O deputado federal Marcel van Hatten divulgou, pelas redes sociais, entrevistas que concedeu a veículos de imprensa holandeses durante sua v...



General, deputado s e economistas reagem

após Lula atacar empreendedores
Uma declaração do presidente Lula, que afirmou que empresários ganham dinheiro sem trabalhar porque os funcionários trabalham, causou revolt...

Wall Street Journal gera repercussão

Temas

[Ativismo](#)
[Brasil](#)
[Cinema](#)
[Contas](#)

[Públicas](#)
[Copa](#)
[do](#)
[Mundo](#)

[Corrupção](#)
[Cultura](#)
[Decisões](#)

[Políticas](#)
[Dinheiro](#)
[Dinheiro](#)

[Público](#)
[Direito](#)
[Direitos e Deveres](#)

[Dívida](#)
[Pública](#)
[Documentários](#)

[Economia](#)
[Educação](#)

[Eleições](#)
[Entrevistas](#)

[Homossexualidade](#)
[e](#)
[Sociedade](#)

[Impunidade](#)
[Infraestrutura](#)

[Internet](#)
[Justiça](#)
[Liberdade](#)

[Manifestações](#)
[Mídia](#)

[Movimentos](#)
[Sociais](#)
[Mundo](#)

[Polícia](#)
[Política](#)

[Brasileira](#)
[Política](#)

[Internacional](#)
[Políticas](#)
[Públicas](#)

[Programas](#)
[Sociais](#)
[Protestos](#)

[Religião](#)
[Saúde](#)
[Serviços Públicos](#)

[Sistema Eleitoral](#)
[Sociedade](#)

[Vídeos](#)

29/01/2023 22:49

Folha Política: Site da velha imprensa afirma que Moraes faz campanha por Pacheco na presidência do Senado e cidadãos e parlamentares r...

É fundamental que Moraes, Lewandowski e Gilmar sejam responsabilizados por mais essa interferência em outro poder.

O remédio é o IMPEACHMENT e o caminho para isso é o Pacheco perder a eleição!"

O deputado Gilberto Silva apontou: "Mais um indício que a nossa democracia não está funcionando! Ministros do STF interferindo na eleição da presidência do senado federal?"

O presidente do Instituto Mises, Helio Beltrão, afirmou: "Inadmissível e abominável a mancomunação de ministros da Corte Suprema para controlar indiretamente outro poder. Esta simbiose é um ardid macabro para parasitar o hospedeiro, que somos nós".

O deputado eleito Delegado Paulo Bilynskyj lembrou: "Existem 60 pedidos de impeachment contra o Ministro Alexandre de Moraes, esses pedidos só serão retirados da gaveta se retirarmos o Pacheco da Presidência. Lembre-se, Pacheco é Lula".

O deputado eleito Gustavo Gayer ironizou: "O Brasil tá assim. Juiz liga pra senador mandando este votar pra presidente do senado o candidato que permite que o juiz continue a desrespeitar a constituição".

O advogado Paulo Faria, que defende perseguidos políticos, se exaltou:

GRAVÍSSIMO!

Segundo o colunista Daniel César, do IG ÚLTIMO SEGUNDO: "Moraes faz campanha para Pacheco vencer no Senado. Ministro do STF tem entrado em contato com senadores e pedido voto"

Trata-se de CRIME DE RESPONSABILIDADE e violação da LOMAN.

Os crimes de Alexandre de Moraes só aumentam.

Lei 1.079/50, Lei do Impeachment:

"Art. 39. São crimes de responsabilidade dos Ministros do Supremo Tribunal Federal:

(...)

3 - exercer atividade político-partidária;"

A Lei Orgânica da Magistratura, LC 35/79, diz:

"Art. 26 - O magistrado vitalício somente perderá o cargo (vetado):

(...)

II - em procedimento administrativo para a perda do cargo nas hipóteses seguintes:

(...)

c) exercício de atividade político-partidária."

Alexandre de Moraes COMETE:

a) CRIME de RESPONSABILIDADE, Lei 1.079/50, Art. 39, 3;

b) INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA, LC 35/79, Art. 26, II, "c";

Em ambos os casos, ELE PERDE A FUNÇÃO.

Inaceitável conduta!

Tomarei(emos) medidas para que isso ocorra.

Será DENUNCIADO ao Senado".

O deputado Coronel Tadeu citou Marco Túlio Cícero: "O hábito de tudo tolerar pode ser a causa de muitos erros e de muitos perigos."

O senador Eduardo Girão, candidato à presidência do Senado, compartilhou um print da notícia que relatou os supostos telefonemas e disse:

COMANDO DO SENADO: ÚLTIMA TR NCEIRA P LIVRE OPINIÃO

O #votoaberto no pleito pela Presidência do @senadofederal na próxima quarta feira é decisivo para que haja a sonhada troca da direção da Casa. Sim, por que além de dar transparência ao processo e mais conexão dos parlamentares com a sociedade a pressão nos bastidores é pesadíssima. O jogo ainda é bruto e, com o segredismo na República (voto fechado) ganha força a troca de favores, barganha e etc De todos os lados! Registre ontem a minha candidatura para que a Casa Revisora da República, sobretudo, se dê ao respeito. Hoje a credibilidade da nossa Instituição só perde para a Suprema Corte, perante a opinião pública. Que possamos renovar para rever privilégios dos 3 Poderes além de recuperarmos a nossa democracia assim como a liberdade de expressão que estão em frangalhos hoje em nosso País. Para isso, me comprometo a não engavetar deliberações que são demandas legítimas da sociedade com impeachments de alguns ministros do STF que tenham desrespeitado a nossa Constituição. Essa omissão e indiferença do Senado, além de insatisfação, tem gerado insegurança jurídica que prejudica, sob todos os aspectos, a estabilidade em nossa Nação. Óbvio que, com a tramitação de requerimentos nesse sentido, o direito a ampla defesa e ao contraditório será obedecido, ou seja, o devido processo legal. Algo que nossos Tribunais superiores não o fazem. Contate os senadores, sempre de forma ordeira e pacífica, para que votem aberto nesta decisão que impactará na vida de nossos filhos e netos. O Senado precisa voltar a ser altivo, independente para barrar equívocos do Governo LUL4 e coibir 4BUSOS de quem quer que seja! Que a Verdade e a Justiça prevaleçam. Jesus no comando. De tudo! Paz & Bem"

O senador Girão também compartilhou um print do Index on Censorship, que classifica o Brasil como país com liberdade de expressão restrita. Girão disse:



internacional ao denuncia r abusos e violações de Moraes, do TSE e do STF

Em artigo publicado no Wall Street Journal, a jornalista Mary Anastasia O'Grady alertou sobre a "cortina de fumaça" criada em torno dos atos...



New York Times volta a denuncia r excessos de Alexandre de Moraes: 'cão de guarda da democracia' Em artigo assinado por Jack Nicas, o jornal The New York Times voltou a alertar sobre os super-poderes do ministro Alexandre de Moraes, do S...



Magno Malta se revolta com pedido de prisão de Bolsonaro pelo PSOL: 'pedido ridículo e sem nenhum cabimento' O senador eleito Magno Malta, em vídeo divulgado pelas redes sociais, manifestou sua indignação com o pedido feito pelo PSOL para que o mini...



URGENTE : General Girão e deputado s se pronuncia m após Lula exonerar Comandante do Exército O presidente Lula demitiu o comandante do Exército, general Júlio Cesar de Arruda, nomeado por ele há menos de um mês. O comando será assumi...



URGENTE : Bolsonaro rebate Lula e se pronuncia sobre invasões no DF e decreto de intervenção O ex-presidente Jair Bolsonaro manifestou-se, pelas redes sociais, após ser acusado pelo presidente Lula de ter participação nos atos de dep...

CORRESPONSABILIDADE DA DUPLA STF/SENADO? PODEMOS COMEÇAR A REPARAR ISSO NA PROX. QUARTA

Nossa democracia vem definindo ao longo dos últimos tempos. Hoje está em frangalhos e percebo, pela primeira vez na minha vida, os brasileiros cabisbaixos, tristes e com M3D0 de falar devido a 4BUS0S de alguns ministros que desrespeitam a nossa Carta Magna enquanto o @senadofederal, que tem a prerrogativa de fazer algo, prefere se omitir e assistir a esses desmandos de camarote. O retorno da liberdade de expressão é uma das pautas que me fizeram tomar a decisão de me candidatar a Presidente da Casa Revisora da República. Cheguei a denunciar várias vezes na Tribuna do Senado e comissões os vilipêndio a livre opinião no Brasil. Articulei até um Voto de Repúdio assinado por 20 senadores que foi encaminhado em dezembro ao Supremo Tribunal Federal pela presidência do Senado. Desde o início do pleito, ainda em meados do ano passado, ministros do TSE, principalmente o min. Alexandre de Moraes, vêm tomando decisões no sentido de c3ns'rar os meios de comunicação que tentam fazer um trabalho jornalístico imparcial como deve ser feito, ou seja, dando espaço a ambos os lados, respeitando, pois, o contraditório. Além da @jovempnews e a @revistaoeste, vários jornalistas, empresários, artistas, religiosos e até mesmo parlamentares estão sofrendo com essas decisões injustificáveis de alguns magistrados da Corte tendo suas redes sociais suspensas, canais desmonetizados, contas bancárias bloqueadas e até passaporte retidos. Quando já se viu isso por aqui? Detalhe: todos de um mesmo lado: CONS3RV4D0R3S. O sistema tem reagido cobardemente a quem pensa diferente dele e já vivemos, ao meu ver, uma D1T4DUR4: a da Toga! Continuo trabalhando com firmeza pela defesa desse direito primordial a partir de uma Nação que conquistou com muito esforço e sofrimento o valor da liberdade! Que a Verdade e a Justiça vençam! Paz & Bem"

A campanha de reeleição do senador Rodrigo Pacheco encontra forte rejeição popular, já que, sob seu comando, o Senado manteve uma postura subserviente em relação ao Supremo Tribunal Federal. Sob o comando do senador Rodrigo Pacheco, o Senado sofreu uma intensa paralisia. Comissões deixaram de funcionar e o plenário também muitas vezes não era convocado. O exemplo mais emblemático foi a Comissão de Constituição e Justiça, que, presidida pelo ex-presidente da Casa Davi Alcolumbre, virtualmente não funcionou, impedindo o andamento de incontáveis projetos dos senadores.

Devido à altíssima rejeição do presidente da Casa, um placar foi organizado para que os senadores possam manifestar sua intenção de voto e esclarecer aos cidadãos se votarão contra a reeleição de Pacheco. Uma petição (<https://www.change.org/p/pacheco-n%C3%A3o>) na qual cidadãos podem se manifestar contra a reeleição de Pacheco já ultrapassou a marca de 600 mil assinaturas. Sob a condução de Pacheco, não houve qualquer reação contra a invasão das atribuições do Legislativo pelo Supremo Tribunal Federal, que passou a legislar ou suspender leis que tinham sido elaboradas e aprovadas por aquele poder. O presidente da Casa, que é também o presidente do Congresso, também não agiu para proteger as prerrogativas dos parlamentares, que vêm sendo violadas em inquéritos secretos conduzidos nas cortes superiores. Pacheco também é alvo de críticas porque o Senado vem se omitindo em cumprir seu papel constitucional de promover o controle dos atos de ministros das cortes superiores. De forma monocrática, o presidente do senado impede a análise de todo e qualquer pedido de impeachment ou de projetos de lei e PECs que possam vir a limitar os super-poderes autoconcedidos a ministros do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral.

Sem controle externo, alguns ministros do Supremo agem ao arrepio da Constituição. Em inquéritos secretos, o ministro Alexandre de Moraes, por exemplo, promove uma aberta perseguição a adversários políticos. Em um desses inquéritos, a Folha Política teve sua sede invadida e todos os seus equipamentos apreendidos. O inquérito foi arquivado por falta de indícios de crimes, mas os dados sigilosos foram compartilhados com outros inquéritos e com a CPI da pandemia, que compartilha dados sigilosos com a velha imprensa.

No chamado 'inquérito do fim do mundo', e nos inquéritos dele decorrentes, já houve: prisões políticas sem que houvesse sequer indiciamento das pessoas presas; imposição de uso de tomozeleira eletrônica e 'prisão domiciliar' em endereço diferente de onde as pessoas moravam; quebra de sigilo de parlamentares, inclusive de um senador; quebra de sigilos de pessoas e empresas, inclusive de veículos de imprensa; quebra de sigilos do ajudante de ordens do presidente da República; censura de veículos de imprensa e de parlamentares; bloqueio de redes sociais de jornalistas, veículos de imprensa e parlamentares; buscas e apreensões em empresas, residências - inclusive de um general da reserva -, residências de familiares, e gabinetes de parlamentares; proibição de contato entre pessoas, que muitas vezes, nem se conhecem; proibição a parlamentares de concederem entrevistas; intervenções no comando de partido político; prisões em massa sob alegações descabidas; muitas estratoféricas que representam evidente confisco de propriedade; entre outras.

Sem justificativa jurídica, o ministro Luís Felipe Salomão, ex-corregedor do Tribunal Superior Eleitoral, confiscou toda a renda da Folha Política e de outros sites e canais conservadores, para impedir suas atividades. A decisão teve o aplauso e respaldo dos ministros Luís Roberto Barroso, Alexandre de Moraes e Edson Fachin. Há mais de 18 meses, toda a nossa receita é retida, sem justificativa jurídica.

Se você apoia o trabalho da Folha Política e pode ajudar a impedir o fechamento do jornal, doe qualquer valor através do Pix, utilizando o QR Code que está visível na tela ou o código ajude@folhapolitica.org. Caso não utilize PIX, há a opção de transferência bancária para a conta da empresa Raposo Fernandes disponível na descrição deste vídeo e no comentário fixado no topo.

Há 10 anos, a Folha Política vem mostrando os fatos da política brasileira e dando voz a pessoas que o cartel midiático quer calar. Pix: ajude@folhapolitica.org

Compartilhar 16

Curtir 16



Tweet 



Temas: Política Brasileira, Senado, STF
Folha Política

29/01/2023 22:49

Folha Política: Site da velha imprensa afirma que Moraes faz campanha por Pacheco na presidência do Senado e cidadãos e parlamentares r...

 Comentários 0 Comentários

Postagem mais recente



Página inicial



Postagem mais antiga

Assinar: [Postar comentários \(Atom \)](#)

Raposo Fernandes Marketing Digital LTDA. Tecnologia do Blogger.

Moraes faz campanha para Pacheco vencer no Senado

Ministro do STF tem entrado em contato com senadores e pedido voto



[Home](#) [Último Segundo](#) [Colunas](#) [Daniel César Moraes faz campanha para Pacheco vencer no Senado](#)

Por [Daniel Cesar](#) | 28/01/2023 13:31

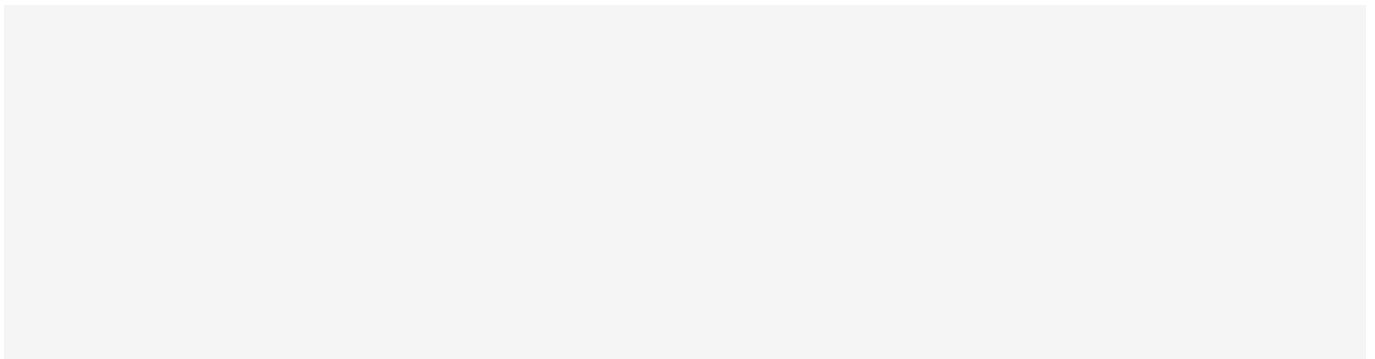


Nelson Jr./SCO/STF - 02.12.2021

Ministro Alexandre de Moraes durante sessão plenária do STF

Alexandre de Moraes virou um cabo eleitoral importante no jogo de xadrez da eleição para o Senado, prevista para acontecer na próxima quarta-feira (1º).

O ministro do [**STF**](#) ([**Supremo Tribunal Federal**](#)) e presidente do [**TSE**](#) ([**Tribunal Superior Eleitoral**](#)) vem entrando em contato com senadores eleitos pedindo voto para Rodrigo Pacheco (PSD), e intensificou suas manifestações privadas nas últimas horas.



Um senador conversou com a coluna e confirmou que recebeu a ligação de Moraes. "O ministro apenas lembrou que é preciso pacificar os três poderes e neste momento é isso que o Pacheco representa", conta o político eleito por um partido do Centrão. O senador diz que concordou com o ministro e, como estava

indeciso, optou por garantir ao presidente do TSE que dará o voto para Pacheco.

Assim como esta ligação, outras foram feitas pelo ministro, que entrou no circuito ativo para garantir a reeleição de Pacheco. O argumento é sempre que a vitória do bolsonarismo para o comando do Senado seria desastrosa para a democracia. "O presidente está muito sensível para reconstrução do país e considera que não há espaço para novos levantes golpistas", diz um aliado de Moraes.

Nos bastidores, parlamentares bolsonaristas tentam apagar o incêndio da pressão de um ministro do STF em favor de Pacheco com a alegação de medo. "O Alexandre está com medo da vitória do Marinho porque sabe que se vencer ele irá pautar o pedido de impeachment dele e pode ter votos suficientes", diz se referindo a Rogério Marinho (PL), escolhido pelo bolsonarismo como o nome da vez.

Entre os senadores, no entanto, não se trata disso e Alexandre de Moraes sabe que não há clima para um impeachment de Moraes e nem mesmo uma vitória de Marinho seria suficiente. "Ele não tem força o suficiente para isso. Se nem o próprio Bolsonaro conseguiu, imagina um senador", lembra uma pessoa muito próxima de Rodrigo Pacheco.

Essa mesma fonte ouvida pela coluna lembrou ainda que Moraes não é o único membro do STF em campanha por Pacheco. Tanto Gilmar Mendes quanto Ricardo Lewandovsky também entraram em contato com políticos mais próximos pedindo voto pelo atual presidente do Senado.

PETIÇÃO 9.456 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REQTE.(S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
REQDO.(A/S)	: DANIEL LÚCIO DA SILVEIRA
ADV.(A/S)	: LAYANE ALVES DA SILVA
ADV.(A/S)	: PAULO CÉSAR RODRIGUES DE FARIA
ADV.(A/S)	: JEAN CLEBER GARCIA FARIAS
AUT. POL.	: POLÍCIA FEDERAL

DECISÃO

A Procuradoria-Geral da República, intimada para se manifestar quanto aos relatórios de monitoramento eletrônico de DANIEL SILVEIRA, apontou cerca de 30 violações, alegando, inicialmente que:

(a) “os relatórios de monitoramento indicam diversas violações. Parte delas, em tese, foram objeto de pronunciamento por parte do órgão fiscalizador, que prestou informações indicando que o rompimento da cinta não teria sido intencional, que a bateria foi carregada dentro do período de tolerância ou ainda que a violação à área decorreu da visita do monitorado à central de manutenção”; (b) “os esclarecimentos trazidos aos autos, entretanto, não afastam o quadro de reiteradas violações do cumprimento cautelar. Para fins de registro, todas as ocorrências documentadas foram consolidadas na tabela abaixo, da qual é possível contabilizar cerca de 30 violações, entre as quais, quatro relacionadas ao rompimento da cinta/lacre, vinte e duas pertinentes à falta de bateria e cinco referentes à área de inclusão”.

O órgão ministerial afirmou que, da análise dos esclarecimentos que acompanharam os relatórios, nota-se que as razões apresentadas pelo requerido são incompatíveis com as medidas estabelecidas.

Além disso, indicou que:

“com a reiterada falta de carga na bateria da tornozeleira,

PET 9456 / DF

violação que foi documentada por mais de vinte vezes, a despeito de ter sido consignado nos relatórios que o requerido foi advertido em todas as respectivas ocorrências acerca da necessidade do devido carregamento do aparelho. A falta de funcionamento do equipamento esvazia o propósito do monitoramento eletrônico, pois acarreta a perda de comunicação com a central. A inobservância do dever de manter o equipamento com a carga, mesmo advertido, não se apresenta sustentável”.

Quanto às violações relativas à área de inclusão, a PGR aduziu que, embora parte delas sejam explicadas nas manifestações apresentadas pelas autoridades responsáveis pelo monitoramento (3 e 10/5); outras, (5 e 22/4), não são sequer mencionadas nos pronunciamentos que acompanharam os relatórios de violação referentes às aludidas datas.

Além disso, argumentou o Ministério Público que o monitoramento pressupõe também a visita regular à central para acompanhamento e manutenção do equipamento, mas os relatórios, neste caso, indicam que o requerido, por mais de uma vez, deixou de comparecer ao agendamento, sem apresentar justificativas.

Ressaltou, no ponto, a ausência de pronunciamento da defesa do requerido acerca das violações aqui destacadas, muito embora tenha sido facultada a sua manifestação, conforme despacho de 16/4/2021.

Alegou, ainda, que, dado o lapso temporal entre a primeira ocorrência e as demais verificadas, observa-se que o requerido dispôs de tempo suficiente para apresentar, se fosse o caso, razões para as violações.

Assim, constatando que os deveres relacionados ao cumprimento das medidas não estão sendo realizados pelo requerido, a Procuradoria Geral da República entendeu que as medidas decretadas não alcançam seu propósito em razão do comportamento do requerido, indicando que a manutenção de tal regime não mais se mostra adequada.

Postulou a PGR pela:

(a) abertura de inquérito policial pela prática, em tese, do crime de desobediência a decisão judicial sobre perda ou

PET 9456 / DF

suspensão de direito (art. 359 do Código Penal), tendo como ato inaugural a oitiva do requerido pela autoridade policial; e

(b) regressão do regime imposto quer com (i) o fim da substitutividade, conforme decisão de 14/3/2021, quer com (ii) reforço da tornozeleira com a fixação de fiança coadjuvadora para evitar a resistência injustificada à determinação judicial e a repetição dos incidentes já ocorridos.

Em decisão de 10/6/2021, acolhendo o pedido subsidiário da Procuradoria-Geral da República, estabeleci fiança, nos termos dos arts. 319, VIII, e 322 e ss. do Código de Processo Penal, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Determinei, ainda,

(a) a expedição de ofício à Caixa Econômica Federal para que procedesse à abertura de conta, vinculada aos autos desta Pet 9.456, onde deveria ser depositado o valor mencionado;

(b) a intimação de Daniel Lúcio da Silveira para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da abertura da conta, efetue o depósito do montante estabelecido;

(c) fosse esse Juízo informado diariamente sobre o cumprimento das medidas restritivas; e

(d) a instauração de inquérito para apuração do crime de desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito (art. 359, do Código Penal), determinando à autoridade policial que proceda à oitiva do requerido.

Devidamente intimado acerca da abertura da conta judicial para depósito, no prazo de 48 (quarenta e oito horas), do valor estabelecido a título de fiança (eDoc. 278), o parlamentar não havia cumprido a determinação judicial até as 10h00 de hoje, 24/6/2021.

DANIEL SILVEIRA, a seu turno, apresentou duas petições (eDocs. 286 e 288).

Na primeira, argumenta, em síntese, a ilegalidade da medida e a impossibilidade de pagar a fiança. Requer (a) *A SUSPENSÃO de quaisquer*

PET 9456 / DF

atos em desfavor do Requerido, até o julgamento os 4 habeas corpus impetrados, HC 203.200/DF, HC 203.580/DF, HC 203.586/DF e HC 203.593/DF, nos termos do Art. 192, RISTF; e (b) A SUSPENSÃO da obrigação de pagar qualquer espécie de fiança, eis que continua preso, com tornozeleira, e não oferece qualquer resistência a isso, inclusive submetendo-se a ORDENS ILEGAIS, o que ao próprio entendimento desta Excelsa Corte, ninguém é obrigado a cumprir ordem ilegal. (HC 73.454/RJ).

Na segunda, aduz à necessidade da comunicação prevista no art. 53, § 3º, da Constituição Federal de 1988.

É o relatório. DECIDO.

Em 16/2/2021, tendo chegado ao conhecimento desta CORTE vídeo publicado pelo Deputado Federal DANIEL SILVEIRA, disponibilizado através do link: <https://youtu.be/jMfInDBItog>, no canal do youtube denominado “Política Play”, em que o referido deputado durante 19m9s, além de atacar frontalmente os Ministros do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, por meio de diversas ameaças e ofensas à honra, expressamente propaga a adoção de medidas antidemocráticas contra o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, defendendo o AI-5; inclusive com a substituição imediata de todos os Ministros, bem como instigando a adoção de medidas violentas contra a vida e segurança dos mesmos, em clara afronta aos princípios democráticos, republicanos e da separação de poderes, DETERMINEI a imediata efetivação da prisão em flagrante delito, por crime inafiançável do Deputado Federal DANIEL SILVEIRA.

Em sessão de de 17/2/2021, os Ministros do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, em sessão do Plenário, sob a presidência do Senhor Ministro LUIZ FUX, por unanimidade, acordaram em referendar a manutenção da prisão em flagrante do parlamentar, por se tratar de flagrante delito por crime inafiançável.

A Câmara dos Deputados, em 19/2/2021, decidiu manter a prisão do Deputado Federal (art. 53, § 2º, da Constituição Federal).

Conforme consignei em decisão de 13/3/2021, por meio da qual indeferi os pedidos de concessão de liberdade provisória e, nos termos

PET 9456 / DF

dos artigos 282 e 319 do Código de Processo Penal, substituí a prisão em flagrante por crime inafiançável por medidas cautelares, os fatos criminosos praticados por Daniel Silveira são gravíssimos, como realçado na denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República, e já recebida por decisão do Pleno desta CORTE, com acórdão publicado em 21/6/2021, porque não só atingiram a honorabilidade e constituíram ameaça ilegal à segurança dos Ministros do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, como se revestiram de claro intuito de tentar impedir o exercício da judicatura, notadamente a independência do Poder Judiciário e a manutenção do Estado Democrático de Direito, em claro descompasso com o postulado da liberdade de expressão, dado que o denunciado, expressamente, propagou a adoção de medidas antidemocráticas contra a CORTE, insistiu em discurso de ódio e a favor do AI-5 e medidas antidemocráticas.

Ainda na supracitada decisão, fiz as seguintes observações:

As reiteradas condutas ilícitas do denunciado, igualmente, revelam sua periculosidade, pois não só reforçou as ameaças aos membros do STF, no momento de sua prisão – referindo-se, inclusive, a estar disposto a *“matar ou morrer”* –, como ainda, agressivamente, desrespeitou recomendações legais pela utilização de máscara de proteção individual (à luz do que prevê o art. 3º-A, da Lei Federal n. 3.979/20 e o art. 1º, da Lei n. 8.859/20, do Estado do Rio de Janeiro), tendo, supostamente, desacatado funcionário público no exercício da função; além de, atuar ativamente para que, ilicitamente, telefones celulares fossem introduzidos no local onde cumpria sua detenção na Polícia Federal.

Nos termos do artigo 312 do CPP, conforme descrito na denúncia, há prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, e todas suas condutas ilícitas posteriores à prática dos crimes revelam a real existência de perigo gerado pelo estado de liberdade do denunciado, dado que a prática dos atos criminosos a ele já imputados atenta diretamente contra a ordem constitucional e o Estado Democrático e a continuidade

PET 9456 / DF

de seu comportamento infracional atestou o pouco respeito à Polícia Federal e à Justiça; sendo essencial como garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal, a manutenção de restrições ao seu direito de ir e vir; não sendo, portanto, cabível a concessão de liberdade provisória.

Assim, nos termos dos artigos 282 e 319 do Código de Processo Penal, substituí a prisão em flagrante delito por crime inafiançável pelas seguintes medidas cautelares:

(1) Prisão domiciliar com monitoramento eletrônico. Na expedição do mandado de prisão domiciliar e monitoração deverão constar as seguintes referências:

(1.1) a possibilidade de exercer o mandato parlamentar de sua própria residência, nos termos do “Sistema de Deliberação Remota” (SDR) estabelecido pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados;

(1.2) a residência – indicada pelo denunciado ou por seus advogados – como perímetro em que ele poderá permanecer e circular;

(1.3) informações semanais, por parte da central de monitoramento, mediante relatório circunstanciado, de todos os dados pertinentes à referida monitoração;

(1.4) os direitos e deveres do monitorado.

(2) Proibição de receber visitas sem prévia autorização judicial;

(3) Proibição de ter qualquer forma de acesso ou contato com os investigados nos Inquéritos 4.828/DF e 4.781/DF, cujo denunciado e seus advogados têm ciência dos nomes, em face de estarem de posse de cópia dos autos;

(4) Proibição de frequentar ou acessar, inclusive por meio de sua assessoria de imprensa, tanto as redes sociais apontadas como meios da prática dos crimes a ele imputados ("YouTube", "Facebook", "Instagram" e "Twitter"), como as demais;

(5) Proibição de conceder qualquer espécie de entrevista

PET 9456 / DF

sem prévia autorização judicial.

O Plenário do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, em sessão realizada por videoconferência, em 28/4/2021, por unanimidade, recebeu a denúncia oferecida contra DANIEL LÚCIO DA SILVEIRA em relação aos crimes previstos no art. 344 do Código Penal (por três vezes) e no art. 23, II (por uma vez) e IV (por duas vezes), o último combinado com o art. 18, ambos da Lei n. 7.170/83. A CORTE, igualmente, referendou as medidas cautelares que o Relator implementou no curso do feito, vencido o Ministro MARCO AURÉLIO. O acórdão foi publicado em 21/6/2021.

O réu DANIEL SILVEIRA, entretanto, desrespeitou inúmeras vezes as medidas restritivas – mais de 30 vezes –, demonstrando seu total desprezo pela Justiça.

Conforme apontou a Procuradoria-Geral da República, os relatórios de monitoramento eletrônico de DANIEL SILVEIRA, notadamente no período de 5/4/2021 a 24/5/2021, apresentaram mais de 30 violações, relacionadas à carga do dispositivo de monitoramento, à área de inclusão, e ao rompimento da cinta/lacre.

Cumprе ressaltar, no ponto, o que apontou o órgão ministerial (edoc. 245):

“Nos autos em tela, os relatórios de monitoramento indicam diversas violações. Parte delas, em tese, foram objeto de pronunciamento por parte do órgão fiscalizador, que prestou informações indicando que o rompimento da cinta não teria sido intencional, que a bateria foi carregada dentro do período de tolerância ou ainda que a violação à área decorreu da visita do monitorado à central de manutenção (...)

Os esclarecimentos trazidos aos autos, entretanto, não afastam o quadro de reiteradas violações do cumprimento da cautelar. Para fins de registro, todas as ocorrências documentadas foram consolidadas na tabela abaixo, da qual é possível contabilizar cerca de 30 violações, entre as quais, quatro relacionadas ao rompimento da cinta/lacre, vinte e duas pertinentes à falta de bateria e cinco referentes à área de

PET 9456 / DF

inclusão.

(...)

Da análise dos esclarecimentos que acompanharam os relatórios, nota-se que as razões apresentadas pelo requerido são no mínimo incompatíveis com as medidas estabelecidas. A prática de atividades físicas que ofereçam risco à integridade do equipamento é uma delas.

De igual maneira, ocorre com a reiterada falta de carga na bateria da tornozeleira, violação que foi documentada por mais de vinte vezes, a despeito de ter sido consignado nos relatórios que o requerido foi advertido em todas as respectivas ocorrências acerca da necessidade do devido carregamento do aparelho. A falta de funcionamento do equipamento esvazia o propósito do monitoramento eletrônico, pois acarreta a perda de comunicação com a central. A inobservância do dever de manter o equipamento com carga, mesmo advertido, não se apresenta sustentável.

Muito embora parte das violações da área de inclusão sejam explicadas nas manifestações apresentadas pelas autoridades responsáveis pelo monitoramento, como aquelas verificadas nos dias 3 e 10 de maio; outras, tais como aquelas registradas nos dias 5 e 22 de abril de 2021, não são sequer mencionadas nos pronunciamentos que acompanham os relatórios de violação referentes à aludidas datas.

O monitoramento pressupõe também a visita regular à central para acompanhamento e manutenção do equipamento. Entretanto, os relatórios de monitoramento indicam que o requerido, por mais de uma vez, deixou de comparecer ao agendamento, sem apresentar justificativas.

Cabe destacar, ainda, que não consta dos autos pronunciamento da defesa do requerido acerca das violações aqui destacadas, muito embora tenha sido facultada a sua manifestação, nos termos do despacho de 16 de abril de 2021.

Dado o lapso temporal entre a primeira ocorrência e as demais verificadas, observa-se que o requerido dispôs de tempo suficiente para apresentar, se fosse o caso, razões para as

PET 9456 / DF

violações.

Ademais, constata-se que os deveres relacionados ao cumprimento das medidas não estão sendo realizados pelo requerido, entre eles o cuidado para o contínuo funcionamento do equipamento, como a carga regular, cujas violações documentadas, repita-se, perfazem cerca de vinte e duas ocorrências, muitas delas, várias vezes durante o mesmo dia.

O contexto exposto ao longo desta manifestação demonstra que as medidas decretadas não alcançam seu propósito em razão do comportamento do requerido, indicando que a manutenção de tal regime não mais se mostra adequada, na medida em que o monitorado executa as restrições a sua maneira, sem observar os termos da ordem judicial.

As medidas cautelares diversas da prisão consistem essencialmente na restrição de direitos, acompanhadas por deveres. Esses últimos, quando cumpridos, revelam o acerto e adequação das medidas, servindo, por si, como justificativa para sua manutenção. Tal hipótese, contudo, não pode ser constatada a partir das inúmeras violações registradas nos autos.

Merecem especial relevo algumas das violações apontadas, notadamente:

- (a) em 30/4/2021, violação de fim de bateria, por mais de 5 (cinco) horas;
- (b) em 1º/5/2021, violação de fim de bateria, por mais de 1 dia e 19 (dezenove) horas;
- (c) em 3/5/2021, violação de fim de bateria, por mais de 16 (dezesesseis) horas;
- (d) em 4/5/2021, violação de rompimento da cinta, por mais de 1 dia e 16 (dezesesseis) horas;
- (e) em 12/5/2021, violação de rompimento da cinta (eDoc. 219);
- (f) em 12/5/2021, violação de fim de bateria, por mais de 13 (treze) horas;

PET 9456 / DF

(g) em 20/5/2021, violação de fim de bateria, por mais de 4 (quatro) horas.

O réu DANIEL SILVEIRA, entretanto, manteve seu total desrespeito à Justiça, cometendo novas violações ao monitoramento eletrônico mesmo após a decisão que estabeleceu a fiança, conforme relatório acostado ao eDoc. 256, referente ao período de 7 a 12/6/2021:

Em 12.06.21, o sistema de acompanhamento de monitoração acionou o alarme de violação informando que o mecanismo eletrônico perdeu conexão com a central de controle em virtude de térmico da carga de energia armazenada na bateria (uFib).

A violação acima, conforme registro, perdurou por mais de 3 (três) horas. Além dessa, destacam-se ainda outras infrações cometidas pelo monitorado, inclusive a total negativa de submeter-se à necessária inspeção (Apenso, eDoc. 282, fls. 3 e 7, respectivamente):

Em 16.06.21, foi realizado contato telefônico com o monitorado afim de agendar inspeção no equipamento, onde este relatou que permanece fazendo uso de boa ortopédica, afirmando não poder comparecer a manutenção. Foi orientado a justificar ao juízo competente seu atual estado de incapacidade de locomoção e comparecimento a inspeção. Cabe ressaltar que a inspeção se faz necessário para checar a integridade da cinta e dos lacres, para avaliar a possibilidade de um rompimento analítico (perda de contato da fibra ótica) ocorrido em 12.05.21, devidamente informado anteriormente.

Em 17.06.21, o sistema de acompanhamento de monitoração acionou o alarme de violação informando que o mecanismo eletrônico perdeu conexão com a central de controle em virtude de térmico da carga de energia armazenada na bateria (uFib), conforme consta no relatório 18385894.

PET 9456 / DF

À Caixa Econômica Federal, por meio do Ofício 1306/2021 (eDoc. 251), foi requisitada a abertura da conta judicial, tendo informado nos autos, em 15/6/2021, que a providência foi atendida (eDoc. 266).

Diante das infrações reiteradas, conforme já consignado, foi estabelecida fiança, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por meio de decisão publicada em 11/6/2021, da qual tomou regular ciência a defesa pelo Diário de Justiça eletrônico. Assim, ainda em 15/6/2021, foi determinada a intimação de Daniel Lúcio da Silveira, por meio de seu advogado, para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, efetuasse o depósito do montante estabelecido. O referido despacho foi publicado em 18/6/2021.

Determinei ainda, a intimação pessoal do requerido.

Em certidão acostada às fls. 31-32 do eDoc. 279, sobre a diligência realizada em 18/6/2021, última sexta-feira, o oficial de justiça responsável pela intimação assim consignou:

Por volta das 13:00h, o destinatário Sr. Daniel Lucio Silveira apareceu no alto da rampa de acesso a casa, tendo eu o reconhecido por se tratar de uma figura pública, Deputado Federal, e novamente sua esposa Sra. Paola desceu até o portão e levou para ele a contrafé e o mandado para que ele exarasse a nota de ciência, sendo possível ver então do portão que ele estava ao telefone, leu o mandado, tirou foto e, em seguida, sua esposa retornou ao portão e afirmou que por orientação do patrono de defesa o Sr. Daniel não receberia a contrafé neste momento e nem exararia o ciente, mas que o faria às 16:00h. Assim, às 13:06h, eu e o Agente de Polícia Judicial deixamos o local.

Por fim, às 16:00h, retornei ao endereço de residência do destinatário e, às 16:05h, INTIMEI Daniel Lucio da Silveira de todos os termos do presente mandado, tendo sua esposa vindo ao portão e levado o mandado para ele exarar a nota de ciência ao topo da rampa onde se encontrava. e era possível vê-lo do portão apoiado atrás da caçamba de um carro que se

PET 9456 / DF

encontrava na garagem, temo ela levado para ele também a contrafé que recebeu.

Dessa maneira, não bastasse a regular intimação realizada ao patrono do requerido, esse juízo determinou, ainda, a intimação pessoal do mesmo, possibilitando uma verdadeira extensão de prazo para cumprimento da ordem judicial.

Não consta dos autos, entretanto, qualquer notícia de depósito da fiança estabelecida. Pelo contrário, DANIEL SILVEIRA, em petição protocolada às 13h38min de 23/6/2021, informou que não depositou nenhum valor, circunstância que se verifica até o momento.

A contagem do prazo de 48h para o depósito, iniciada dia 21/6/2021 – primeiro dia útil após a intimação –, está inequivocamente esgotada.

No caso em análise, está largamente demonstrada, diante das repetidas violações ao monitoramento eletrônico imposto, a inadequação da medida cautelar em cessar o *periculum libertatis* do denunciado, o que indica a necessidade de restabelecimento da prisão, não sendo vislumbradas, por ora, outras medidas aptas a cumprir sua função como bem salientado pela Procuradoria Geral da República, que, quando instada a se manifestar acerca das violações ao monitoramento eletrônico, pugnou, em primeiro lugar, pelo “fim da substitutividade” e retorno da prisão.

Importante destacar que a possibilidade de restabelecimento da ordem de prisão foi expressamente consignada, tanto na decisão que inicialmente substituiu a prisão, como na decisão que estabeleceu a fiança, nos termos de pacífico entendimento SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: HC 169.462, Relator: Min. MARCO AURÉLIO, DJe de 28/11/2019, HC 164.581, Relator: Min. MARCO AURÉLIO, Redator do acórdão: Min. ALEXANDRE DE MORAES, DJe de 29/11/2019; RHC 146.329 AgR, Relator: Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe de 19/2/2018; HC 128.853, Relator: Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe de 21/10/2016.

Naquela decisão, do dia 13/3/2021, assim foi estabelecido:

PET 9456 / DF

Destaco que o descumprimento injustificado de quaisquer dessas medidas ensejará, natural e imediatamente, o restabelecimento da ordem de prisão (art. 282, §4º, do Código de Processo Penal).

Diante do exposto, em face do reiterado desrespeito às medidas restritivas estabelecidas, **RESTABELEÇO A PRISÃO** de DANIEL LÚCIO DA SILVEIRA, nos termos do art. 282, § 4º, do CPP, devendo ser recolhido, imediatamente, às dependências do Batalhão Especial Prisional da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Comunique-se, **IMEDIATAMENTE**, ao Presidente da Câmara dos Deputados.

Expeça-se o necessário. Cumpra-se.

Após, publique-se.

Brasília, 24 de junho de 2021.

Ministro **ALEXANDRE DE MORAES**

Relator

Documento assinado digitalmente

AÇÃO PENAL 1.044 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REVISOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
AUT. POL.	: POLÍCIA FEDERAL
RÉU(É)(S)	: DANIEL LÚCIO DA SILVEIRA
ADV.(A/S)	: JEAN CLEBER GARCIA FARIAS
ADV.(A/S)	: TULIO MARCELO DENIG BANDEIRA
ADV.(A/S)	: GEOVANA TAYNA MIRANDA
ADV.(A/S)	: WELLINGTON DE QUEIROZ
ADV.(A/S)	: PATRICIA REITTER DE JESUS OLIVEIRA

DESPACHO: Diante da ampla divulgação de notícias no sentido de que o Deputado Federal Daniel Silveira, réu nestes autos, teria solicitado asilo diplomático a 4 (quatro) países, **intime-se a Defesa** do parlamentar para que esclareça, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, acerca da veracidade dos fatos noticiados.

Publique-se.

Brasília, 5 de julho de 2021.

Ministro **ALEXANDRE DE MORAES**

Relator

Documento assinado digitalmente